

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL  
EM PATRIMÔNIO CULTURAL**

**CENTRO INTERNACIONAL DE ARTE E CULTURA HUMANISTA  
RECANTO MAESTRO/RS- BRASIL: UMA PROPOSTA PARA  
SOLICITAÇÃO DA CHANCELA PAISAGEM CULTURAL**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Bruna Marquetti Dallepiane**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2017**

**Bruna Marquetti Dallepiane**

**CENTRO INTERNACIONAL DE ARTE E CULTURA HUMANISTA RECANTO  
MAESTRO/RS- BRASIL: UMA PROPOSTA PARA SOLICITAÇÃO DA  
CHANCELA PAISAGEM CULTURAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Patrimônio Cultural**

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Denise de Souza Saad

Santa Maria, RS,  
2017

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Dallepiane, Bruna

Centro Internacional de Arte e Cultura Humanista

Recanto Maestro /RS- Brasil: Uma proposta para solicitação da Chancela Paisagem Cultural / Bruna Dallepiane.- 2017.

89 p.; 30 cm

Orientadora: Denise Saad

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, RS, 2017

1. Paisagem Cultural 2. Arquitetura 3. OntoArte 4. Recanto Maestro I. Saad, Denise

**Bruna Marquetti Dallepiane**

**CENTRO INTERNACIONAL DE ARTE E CULTURA HUMANISTA RECANTO  
MAESTRO/RS- BRASIL: UMA PROPOSTA PARA SOLICITAÇÃO DA  
CHANCELA PAISAGEM CULTURAL?**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Patrimônio Cultural**

**Aprovado em 15 de julho de 2017:**

---

**Denise de Souza Saad, Dra. (UFSM)  
(Presidente/Orientador)**

---

**Marcelo Ribeiro, Dr. (UFSM)**

---

**Helena Biasotto, Dra. (AMF)**

**Santa Maria, RS**

**2017**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Professora Daniele Saad pelo dia em que me disse: “Esse mestrado é a tua cara, querida”, e foi assim que encarei o desafio. Foi muito gratificante voltar a estudar essa área do conhecimento, esta que há alguns anos foi a primeira pela qual me apaixonei na academia. Trabalhar com o turismo é estar o tempo todo conectado com educação, cultura, variedades, tendências, pessoas, lugares e experiências. Turismo é vida em tempo real o tempo todo. À minha orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Denise Saad, obrigada pela sensibilidade na condução da temática da minha dissertação, foi realmente um presente, não poderia ter sido melhor tema para este trabalho. Ao Prof<sup>o</sup> Dr. Marcelo Ribeiro, sou grata pelas considerações feitas na minha qualificação, as quais permitiram que eu concluísse o trabalho com um olhar de pesquisadora. À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Estela Giordani, sou grata por me ajudar a dar asas à pesquisa e por respeitar a minha paixão pelo tema. Durante a pesquisa recontei uma história que já havia sido registrada, mas o interessante de recontar uma história,, é poder acrescentar passagens e dados ainda não sabidos, dados que podem contribuir para o desenvolvimento, para uma nova história e para futuras pesquisas. Sou grata por ter tido a oportunidade de contribuir e ajudar a perpetuar um legado.

## EPÍGRAFE

“O que constitui o Brasil não é apenas seu território, cuja configuração no mapa do hemisfério sul do continente americano se fixou em nossa memória, desde a infância, nem esse território acrescido da população nacional, que o tem ocupado através dos tempos. Para que a nação brasileira seja identificada, terá de considerar-se a obra da civilização realizada neste país. [...] Há que computar também, na área imensa povoada e despovoada, as realizações subsistentes dos que a ocuparam e legaram às gerações atuais: a produção material e espiritual duradoura ocorrida do norte ao sul e de leste a oeste do país, constituindo as edificações urbanas e rurais, a literatura, a música, assim como tudo mais que ficou em nossas paragens, com traços de caráter nacional, do desenvolvimento histórico do povo brasileiro.

(ANDRADE, 1964)

## RESUMO

### **CENTRO INTERNACIONAL DE ARTE E CULTURA HUMANISTA RECANTO MAESTRO/RS- BRASIL: UMA PROPOSTA PARA SOLICITAÇÃO DA CHANCELA PAISAGEM CULTURAL**

AUTORA: Bruna Marquetti Dallepiane  
ORIENTADORA: Denise de Souza Saad

Este trabalho investiga a possibilidade de qualificar o Centro Internacional de Arte e Cultura Humanista Recanto Maestro, como possível candidato à obtenção da Chancela Paisagem Cultural. A metodologia da pesquisa foi de abordagem qualitativa realizada por meio de estudo de caso. Como fontes de pesquisa buscamos documentos históricos, fotografias, cartas, mapas, documentos legais e entrevistas com instituições interessadas na preservação do patrimônio local, assim como pessoas que pudessem relatar fatos reconstruindo o cenário histórico e cultural para elaborar o dossiê de pedido da chancela. O produto desta pesquisa foi um dossiê que apresenta uma proposta de chancela para o Distrito Recanto Maestro, composto por um Pacto de Gestão a ser firmado entre instituições interessadas em salvaguardar o patrimônio. Este documento possui as diretrizes para o desenvolvimento urbano, histórico do local, detalhamento da paisagem e arquitetura. Este conjunto de elementos faz com que Recanto Maestro possa ser considerado uma porção peculiar do território nacional, sendo assim qualificado para a chancela.

**Palavras-chave:** Patrimônio. Paisagem Cultural. Arquitetura OntoArte. Recanto Maestro

## ABSTRACT

### CENTRO INTERNACIONAL DE ARTE E CULTURA HUMANISTA RECANTO MAESTRO/RS- BRASIL: A PROPOSAL TO REQUEST THE CULTURAL LANDSCAPE CHANCELA

AUTHOR: Bruna Marquetti Dallepiane  
ADVISOR: Denise de Souza Saad

This work investigates the possibility of qualifying the Recanto Maestro Humanist International Art and Culture Center as a possible candidate to obtain the Cultural Landscape Chancela. The methodology of the research was a qualitative approach carried out through a case study. As sources of research, we seek historical documents, photographs, charts, maps, legal documents and interviews with institutions interested in preserving the local heritage, as well as people who could report facts reconstructing the historical and cultural scenario to elaborate the application dossier of the chancela. The product of this research was a dossier that presents a proposal to chancela to the District Recanto Maestro, composed of a Management Pact to be signed between institutions interested in safeguarding the equity. This document has the guidelines for urban development, site history, landscape detailing and architecture. This set of elements makes that Recanto Maestro can be considered a peculiar part of the national territory, being thus qualified for the chancela.

**Keywords:** Heritage. Cultural Landscape. OntoArte Architecture. Recanto Maestro



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Arborização do local.....	39
Figura 2 –	Foto antiga do local, na década de 80, onde atualmente está localizado Recanto Maestro.....	52
Figura 3 –	Casa centenária de pedra e os primeiros alunos vindos para os estudos e que participaram da revitalização do local.....	53
Figura 4 –	Casa centenária de pedra restaurada.....	53
Figura 5 –	Recantigno na década de 90.....	53
Figura 6 –	Recantigno nos dias atuais, estrada pavimentada, entorno arborizado....	54
Figura 7 –	Recantigno na década de 90.....	54
Figura 8 –	Recantigno dos dias atuais.....	54
Figura 9 –	Recanto Maestro década de 90.....	55
Figura 10 –	Casa antiga no espaço hoje denominado Zorial.....	55
Figura 11 –	Casa restaurada no espaço hoje denominado Zorial.....	56
Figura 12 –	Hotel Capo Zorial.....	57
Figura 13 –	Condomínio Residencial em 2009.....	58
Figura 14 –	Hotel Capo Zorial.....	61
Figura 15 –	Detalhes da arquitetura dos prédios.....	62
Figura 16 –	Detalhes da arquitetura dos prédios.....	62
Figura 17 –	Detalhes da arquitetura dos prédios.....	63
Figura 18 –	Detalhes da arquitetura dos prédios.....	63
Figura 20 - 64	Detalhes da arquitetura dos prédios.....	
Figura 21 –	Detalhes de residências.....	66
Figura 22 –	Arquitetura dos Prédios.....	66
Figura 23 –	Imagem aérea Recanto Maestro 2012.....	67

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Classificação das paisagens culturais pela UNESCO.....	20
Quadro 2	Fontes de pesquisa.....	43
Quadro 3	Fontes documentais.....	40
Quadro 4	Etapas percorridas para a configuração da possível proposta de chancela	44

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1 Objetivos da pesquisa.....	14
1.2 Organização da Dissertação.....	15
<b>2 PAISAGEM CUTURAL .....</b>	<b>16</b>
2.1 Contexto Histórico .....	16
2.2 A chancela como propulsor do desenvolvimento econômico e do turismo.....	22
<b>3 Elementos Históricos da Quarta Colônia e Recanto Maestro ...</b>	<b>27</b>
3.1 Quarta Colônia.....	27
3.2 O desenvolvimento do Distrito Recanto Maestro .....	30
<b>4 METODOLOGIA .....</b>	<b>38</b>
<b>5 DOSSIE: Processo para pedido da Chancela de Paisagem Cultural.....</b>	<b>44</b>
5.1 Histórico.....	47
5.2 Arquitetura OntoArte.....	54
<b>6 CONCLUSÃO .....</b>	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>65</b>
<b>ANEXO 1 - Constituição Federal.....</b>	<b>68</b>
<b>ANEXO 2 Portaria nº. 127, de 30 de abril de 2009.....</b>	<b>69</b>
<b>ANEXO 3 CARTA DE BAGÉ. ....</b>	<b>71</b>
<b>ANEXO 4 - DOCUMENTO DE INSTITUIÇÃO DO COMITÊ ARQUITETÔNICO, ESTÉTICO RECANTO MAESTRO.....</b>	<b>73</b>
<b>ANEXO 5 - INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO AOS MORADORES</b>	<b>74</b>

<b>ANEXO 6 DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO RECANTO MAESTRO-RS .....</b>	<b>75</b>
<b>ANEXO 7 DESCRIÇÃO DO REGIME URBANÍSTICO RECANTO MAESTRO-RS .....</b>	<b>79</b>
<b>ANEXO 8 – PLANO DE EXPANSÃO PARA 50 ANOS .....</b>	<b>89</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma possível proposta para o pedido de chancela do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para paisagem cultural do Centro Internacional de Arte e Cultura Humanista Recanto Maestro, hoje, Distrito Recanto Maestro<sup>1</sup>. A motivação deriva do fato da pesquisadora ter acompanhado nos últimos 9 anos o desenvolvimento e o potencial turístico do Distrito Recanto Maestro/RS.

O Distrito Recanto Maestro é um projeto que existe há 29 anos, e tem como vocação a formação humanista integral do humano, por meio do método da Escola Ontopsicológica<sup>2</sup>. Atrai desde sua criação, pessoas de diversas culturas e nacionalidades e diferentes partes do Brasil, assim como empreendimentos de diversos setores da economia promovendo um diálogo intercultural que foi naturalmente acontecendo<sup>3</sup>. Este fator foi propulsor do potencial turístico do local.

A sua paulatina construção foi projetada e coordenada pelo arquiteto Professor Antonio Meneghetti seguindo um estilo de arquitetura Ontológica, da relação entre ambiente (espaço físico, característica de solo, água, vegetação, clima, localização do sol, vento, chuvas, drenagem do solo), funcionalidades (característica própria do ecossistema) e sobretudo levando em consideração o critério humano (características e estilo de vida dos habitantes daquele espaço). Esses elementos compõe a ecobiologia holística<sup>4</sup>, “significa saber viver com qualidade superior a própria vida com o ecossistema naturalístico [...] a ecobiologia holística ensina a saber conectar o macrocosmo vivente com o nosso microcosmo cotidiano: salvar os recursos biológicos não facilmente renováveis, viver um estilo

---

<sup>1</sup> Distrito Recanto Maestro tem a característica de estar localizado entre dois Municípios, Restinga Seca e São João do Polêsine, embora seja oficialmente um Distrito de São João do Polêsine.

<sup>2</sup> “Ontopsicologia é a última nascida entre as ciências contemporâneas, que tem como objeto de análise a atividade psíquica (MENEGETTI, 2012, p. 191).”

<sup>3</sup> Ao fazer sua formação as pessoas começaram a comprar terrenos para fazer suas casas no Recanto Maestro, investir na região, não apenas brasileiros, mas russos, italianos, uruguaios, ucranianos

<sup>4</sup> Este conceito foi cunhado por Antonio Meneghetti

biorgânico favorecendo com criatividade e produção limpa a osmose do habitat naturístico” (MENEGETTI, 2017, p.26).

Nestes 29 anos de existência, o Distrito Recanto Maestro foi se desenvolvendo com um crescimento ordenado<sup>5</sup>, embora não houvesse um plano diretor inicialmente estabelecido. De todo modo, o idealizador deste Projeto sempre teve em mente como fazer com que houvesse um profundo respeito às características desse espaço, embora prevendo o seu crescimento.

Em 2007, o Projeto Ecobiológico do *Centro Internacional de Arte e Cultura Humanista Recanto Maestro*, foi reconhecido pela ONU como um dos casos de sucesso e exemplo de desenvolvimento sustentável hoje no mundo e reconhecido também, por Haniffa Mezoui (ABO, 2009), Chefe do Departamento das Organizações Não Governamentais com status consultivo junto às Nações Unidas, como Vila do Milênio, conforme ela, até então a ONU não conhecia a experiência de projetos que se desenvolvessem conforme o conceito de Vilas do Milênio. Visitando o Recanto Maestro, declara que finalmente havia encontrado e vivido aquilo que a ONU havia projetado conceitualmente.

Recanto Maestro está dentro do perfil que descreve a Unesco para ser considerado um Patrimônio Cultural, possui obras conjugadas do homem e da natureza, e ainda, dentro das características ‘territoriais’ para receber a chancela de Paisagem Cultural, pois expressa a sua representatividade na interação do homem com o meio natural, tais características atendem a descrição de Paisagem Cultural, eis o porquê desta proposta.

Recanto Maestro tem por característica ser um local de cooperação, no qual os resultados de empresas são reinvestidos em outros novos empreendimentos, fator que também promove a sustentabilidade em suas diversas dimensões (SCHUTEL, 2010).

Retratar a história do Distrito Recanto Maestro significa preservar e promover a cultura humanista brasileira e demonstrar, na prática, a possibilidade de cooperação entre a iniciativa privada, a ação pública e de ONG’s para um desenvolvimento econômico, cultural e social sustentáveis, dando identidade a um local cujo projeto base é a formação de pessoas em sinergia com a arquitetura, a

---

<sup>5</sup> O crescimento do Distrito será explicado no capítulo 2 e no capítulo 4

preservação ambiental, restauração e a preservação do patrimônio arquitetônico histórico. Todo esse crescimento reforçou também a identidade dos habitantes da região, da valorização da terra e do sentimento de pertencimento ao local.

Ser chancelado pelo Iphan dá ao local um selo de qualidade, um reconhecimento pelo valor cultural, mostra que esse território faz parte da identidade cultural do Brasil, apresenta também a interação homem ambiente à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.

Este trabalho pode ser também uma abertura de caminhos para outras localidades e outros espaços da Região da Quarta Colônia que possuem potencial para obterem também a chancela, visto que trata-se de uma região composta por 9 municípios, dos quais 7 são de colonização italiana, contribuindo assim para a preservação da história.

O produto deste trabalho será apresentado no capítulo quatro, com a elaboração de uma possível proposta para o pedido de Chancela Paisagem Cultural para o Distrito Recanto Maestro, seguindo os critérios estabelecidos pelo IPHAN para obtenção do Selo Paisagem Cultural. O produto será composto de um dossiê que conta com um documento que formaliza a intenção do pacto entre os agentes interessados na salvaguarda do patrimônio, documentos que demonstram a responsabilidade de ambos, histórico do local e descrição das peculiaridades do patrimônio que o levariam à chancela.

## 1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

A seguir apresenta-se o objetivo geral da pesquisa e seus objetivos específicos.

### Objetivo Geral

Estabelecer os procedimentos para a solicitação da Chancela Paisagem Cultural do IPHAN para o Centro Internacional de Arte e Cultura Humanista Recanto Maestro.

### Objetivos Específicos

- Fazer um resgate histórico do início do Centro Internacional de Arte e Cultura Humanista Recanto Maestro, apresentando seu desenvolvimento e evidenciando seu potencial turístico cultural;

- Descrever o processo de chancela do IPHAN para solicitação do selo de Paisagem Cultural, identificando os componentes que o caracterizam; A chancela é um reconhecimento, um selo de qualidade, faz com que uma porção do território nacional seja considerado parte da identidade cultural do Brasil;

- Definir os elementos básicos para instrução de um processo de chancela da Paisagem Cultural Brasileira.

## 1.2 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

O presente estudo está organizado a partir de sua introdução, com uma apresentação e panorama geral sobre a revisão bibliográfica e o estudo de caso a ser realizado, onde consta também a exposição das motivações da própria pesquisadora em propô-lo e desenvolvê-lo.

No segundo capítulo, em sua fundamentação teórica, elaborou-se a revisão da literatura a respeito da temática paisagem cultural, onde é feito um resgate histórico do início das atividades do IPHAN e as discussões ao longo dos anos sobre patrimônio cultural até a evolução à tipologia paisagem cultural ser considerada patrimônio, neste capítulo aborda-se também a legislação bem como os critérios para sua aplicação, sendo precedido das seguintes categorias de estudo: Cidades e locais considerados patrimônio de paisagem cultural; Quarta Colônia de Imigração Italiana; Recanto Maestro.

No terceiro capítulo apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, caracterizada como revisão bibliográfica e estudo de caso qualitativo. Na sequência, no quarto capítulo apresenta-se o dossiê do lócus da pesquisa e a proposta de pedido da chancela de paisagem cultural. No último capítulo será descrita a conclusão do trabalho.



## 2 PAISAGEM CUTURAL

### 2.1 CONTEXTO HISTÓRICO

Quando falamos em patrimônio, para a maioria das pessoas, a primeira coisa que vêm em mente é um patrimônio edificado, um monumento, um prédio, um pórtico, ou qualquer outro objeto ou construção palpável, algo que pode ser visto, medido e fotografado. Mas no presente trabalho, estamos nos referindo a um complexo composto por edificações, paisagem e cultura que dão identidade a uma localidade.

A Constituição Federal define o patrimônio nos Artigos 215 e 216, como sendo composto de bens de natureza material e imaterial, estando incluídos os modos de criar, fazer e viver dos grupos formadores da sociedade brasileira. Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações, formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas e nos lugares, tais como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas (BRASIL, 1998, p. 39). Com o conceito de patrimônio imaterial dado pela nossa Constituição Federal, pode-se entender que, algo que não esteja edificado, pode ser também considerado patrimônio de uma sociedade.

A patrimonialização envolve, então, um conjunto de práticas sociais, desde as mais diversas formas de produção cultural, de saberes simbólicos e técnicos, até os inúmeros processos de institucionalização do patrimônio como tal, que permitem a preservação dos bens culturais.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foi criado em 1937, ainda no Governo de Getúlio Vargas, pela Lei Nº 378, com a tarefa de proteger e valorizar o patrimônio cultural brasileiro. O decreto de 1937 estabelece como patrimônio “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

Em 1988, o Artigo 216 da Constituição Brasileira que estabelece ao poder público, com o apoio da sociedade, o dever de zelar pelo patrimônio brasileiro, amplia o que seria considerado patrimônio cultural como

...os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais. V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, Art.216)

Os bens nacionais foram separados por grupos, para facilitar o acesso ao conhecimento e a gestão dos mesmos, foram assim separados em: Patrimônio Material, Patrimônio Imaterial, Patrimônio Arqueológico e Patrimônio da Humanidade.

No ano de 1980, começaram as discussões de abordagem em relação ao homem e natureza. Foi em 1992 ano em que a ONU organizava a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, na cidade do Rio de Janeiro, que alguns especialistas se reuniram para na França, a convite do ICOMOS e do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco discutir a ideia de paisagem cultural como parte da Lista do Patrimônio Mundial, fazendo assim a valorização entre homem e meio ambiente.

O encontro ocorreu entre os dias 24 e 26 de outubro de 1992, objetivando a discussão dos critérios para que se pudesse incluir paisagens culturais na Lista de Patrimônio Mundial. Da reunião resultou a criação de três categorias diferentes de paisagens para serem inscritas como patrimônio (Quadro 1).

Quadro 1 - Classificação das paisagens culturais pela UNESCO

(i) Paisagens claramente definidas	
(ii) Paisagem evoluída	Paisagem relíquia ou fóssil Paisagem contínua
(iii) Paisagem cultural associativa	

Fonte: Iphan, 2008.

A paisagem claramente definida, concebida e intencionalmente criada pelo homem: abrange paisagens de jardins e parques criados por razões estéticas que são muitas vezes (mas nem sempre) associadas a construções ou conjuntos religiosos.

Paisagem organicamente em evolução: resultante de uma exigência de origem social, econômica, administrativa e/ou religiosa e alcançou sua forma atual por associação e em resposta ao seu ambiente natural. Elas podem ser caracterizadas como:

(i) paisagem relíquia (ou fóssil): paisagem que foi submetida a um processo evolutivo que foi interrompido, mas onde suas características essenciais foram mantidas;

(ii) paisagem viva (ou contínua): paisagem que conserva um papel social ativo na sociedade contemporânea, estreitamente associado ao modo de vida tradicional e no qual o processo evolutivo continua.

Paisagem cultural associativa: paisagem que se justifica pela força da associação a fenômenos religiosos, artísticos ou culturais do elemento natural, mas que por vestígios culturais materiais, que podem ser insignificantes ou inexistentes (IPHAN, 2008, p.21).

Nos anos seguintes, novos encontros aconteceram em diferentes países fazendo com que o conceito de paisagem cultural definido em 1992, fosse cada vez mais relevante para a classificação de bens como patrimônio cultural.

No Brasil, quando da criação do hoje chamado Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), 1937, com a tarefa de proteger e valorizar o patrimônio cultural brasileiro foram criados também quatro livros do tomo, nos quais os bens poderiam ser inscritos: o livro do Tombo Histórico, o Livro do Tombo de Belas Artes, o Livro do Tombo das Artes Aplicadas e o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Mesmo que previsto o tombamento de áreas naturais, e isto ser permitido por lei federal, este procedimento não foi muito praticado pelo IPHAN nos primeiros anos, mais precisamente na década de 1980 essa temática começa a ganhar a atenção dos agentes sociais.

Um tombamento a partir da ideia de paisagem de excepcional valor dotado pela natureza, previsto no decreto-lei 25 de 1937, foi o dos vários morros do Rio de Janeiro (Pão de Açúcar, Cara de Cão, Urca, babilônia, Pedra da Gávea e Penhascos Dois Irmãos e Corcovado, cf. Arquivo Central do IPHAN, Processo 0869- T- 73). Esta ação teve início em 1973, a partir de uma carta de vários intelectuais, dentre eles Carlos Drummond de Andrade, Fernando Sabino e Austregésilo de Athayde, que solicitavam o tombamento do Pão de Açúcar, uma vez que a concessionária do bondinho projetara uma construção de três andares no topo do morro. (RIBEIRO, 2007, p.103)

O que se observa é que o conceito de paisagem e a forma como foi tratada como patrimônio cultural variou muito ao longo dos anos de gestão pública federal desse patrimônio no Brasil. Isso porque o conceito de paisagem traz essa evolução, é um conceito em constante transformação, uma vez que faz relação com o homem e ambiente, nos permite avaliar e nos dá ferramentas para pensá-lo em diferentes possibilidades a partir de diferentes interesses.

Desde a década de 1990, intensificou-se nas instituições de preservação do patrimônio cultural no Brasil, iniciativas que procuram incorporar a paisagem como um bem patrimonial a partir de novas perspectivas de representação de paisagem

cultural. Hoje a categoria de paisagem cultural mostra uma grande riqueza e variedade de possibilidades na abordagem, sendo possível balizar aspectos sobre paisagem como um bem patrimonial.

Se quisermos utilizar essa categoria, devemos ter em mente que a paisagem cultural deve ser o bem em si, evitado cair no erro de percebê-lo como o entorno ou ambiência para um sítio, ou para determinados elementos que tenham seu valor mais exaltado. Isso significa que sua abordagem deve ser realizada em conjunto, ressaltando as interações que nela existam (RIBEIRO, 2007, p. 111).

E ainda,

A grande vantagem da categoria de paisagem cultural reside mesmo no seu caráter relacional e integrador de diferentes aspectos que as instituições de preservação do patrimônio no Brasil e no mundo trabalharam historicamente de maneiras apartadas. É na possibilidade de valorização entre material e imaterial, cultural e natural, entre outras, que reside a riqueza da abordagem do patrimônio através da paisagem cultural e é esse o aspecto que merece ser valorizado. (RIBEIRO, 2007, p. 111).

O patrimônio cultural brasileiro pode ser visto com novos olhares, uma vez que a categoria de paisagem cultural vinculada à preservação do patrimônio traz sim muitas dúvidas de sua aplicação, mas também traz muitas possibilidades em seu uso. Perceber esse patrimônio em transformação como uma riqueza de nosso país, sem padrões estabelecidos, podendo ser adaptado e flexível dependendo da realidade em que se encontra e dos interesses de preservação envolvidos, pode nos trazer uma grande evolução naquilo que entendemos pelas bibliografias sobre patrimônio. Patrimônio vivo, de interação, com alma, com transformação, que traz na essência aquilo que se é por criação, aquilo que se é por natureza, e apresenta, em um contexto, como toda essa vida interage com a nossa presença humana.

Segundo Saad (2012), entre 13 a 18 de agosto de 2007, ocorreu na cidade de Bagé, no Rio Grande do Sul o evento “Seminário Semana do Patrimônio – Cultura e Memória na Fronteira”. Como resultado do evento publicou-se a Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural. Foi a partir da Carta de Bagé que o IPHAN estabelece a Chancela da paisagem Cultural Brasileira.

A portaria no. 127 define Paisagem Cultural Brasileira:

Art. 1º. Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.

Parágrafo único - A Paisagem Cultural Brasileira é declarada por chancela instituída pelo IPHAN, mediante procedimento específico (IPHAN, 2009).

A chancela da Paisagem Cultural é o mais novo instrumento de preservação do patrimônio cultural brasileiro, lançado em 2009 pelo Iphan. Conforme a Portaria Iphan nº 127/2009, que regulamenta essa chancela, Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.

A chancela pode ser descrita como um selo de qualidade, que dá reconhecimento do valor cultural de uma parte definida do território nacional, que possui características especiais na interação entre o homem e o meio ambiente. A paisagem chancelada pode usufruir do título desde que mantenha as características que a fizeram merecer esta classificação, sendo, por isso necessário desenvolver um Plano de Gestão. A chancela é, portanto, regida por um pacto que envolve o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, resultando em uma gestão compartilhada de determinada porção do território nacional.

De acordo com Weissmeier, desde 2009, o Iphan vem desenvolvendo ações que visam a chancela da Paisagem Cultural em alguns dos contextos mais singulares do território nacional.

Um exemplo é o das regiões de imigração no sul do Brasil, contextos derivados do estabelecimento, a partir do século XIX, de grupos de imigrantes de diversos países. Para cá trouxeram suas tradições que, adaptadas às condições locais - topográficas, climáticas, faunísticas, florísticas, políticas, econômicas - deram origem a paisagens singulares, traduzidas pela arquitetura, modos de produção, culinária, língua, manifestações culturais de todo tipo. Trata-se de patrimônio ainda vivo, colocado em risco pelas transformações do mundo contemporâneo - urbanização, massificação da cultura. (WEISSMEIER, 2010).

Por parte do Iphan, alguns estudos foram feitos em locais com potencial para a Chancela Paisagem Cultural, um deles é a Vila de Elesbão, publicado pelo Iphan em março de 2011, localizada no estado do Amapá, trata-se de uma cidade construída sobre palafitas no interior do Amazonas, que tem por característica a conservação de um ofício antigo, a carpintaria naval. O estudo sobre a paisagem cultural de Elesbão tem como foco a preservação e a valorização dos principais contextos do patrimônio naval brasileiro. O questionamento se dava se todas as

idades representadas por palafitas da Amazônia estariam representadas por Elesbão e também recairia sobre elas o conceito de paisagem cultural e o instrumento da chancela. Mas segundo estudo do Iphan, essa possibilidade não existe visto que sua peculiaridade se dá não por estar sobre palafitas, mas pela alta concentração de estaleiros navais tradicionais conjugados com sua tipologia urbana, configurando uma maneira peculiar de habitar e trabalhar.

Outro estudo, já este apresentado no 3º Colóquio Íbero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto – Desafios e Perspectivas, publicado por Liziane Magili, em 2014 refere-se a Lençóis na Bahia, localizado na Chapada Diamantina, Lençóis teve um movimento vindo da comunidade para solicitar o tombamento e preservação em função da exploração do garimpo e diamantes, conseguiu o tombamento como Conjunto Arquitetônico Paisagístico. Movimentos ambientalistas também levaram a criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina, ambas as propostas surgiram da comunidade e faziam uma leitura da paisagem com todos os seus elementos culturais, mas os respectivos meios de proteção consolidaram a preservação apenas da paisagem urbana e da paisagem natural, isso fez com que a paisagem cultural fosse dissociada em urbana e natural e o turismo de cunho histórico cultural buscado pela comunidade fosse convertido em turismo ecológico. A grande crítica deste estudo dá-se com relação às formas tradicionais de proteção de um patrimônio, e mostra a necessidade de novas alternativas de preservação, que contemple um número maior de valores atribuídos àquele patrimônio, e que leve em consideração principalmente a representatividade do maior número de envolvidos.

Para um conceito amplo como é o da Paisagem Cultural, foi preciso pensar em um instrumento igualmente abrangente, flexível a ponto de poder ser adaptado a contextos tão variáveis e distintos, todavia, a aplicação do instrumento ainda vem sendo aperfeiçoada.

Fato importante a ser considerado, é que, segundo o próprio Iphan, para que a chancela não resulte apenas em um título, deve-se valer previamente de um pacto de gestão entre os diversos agentes interessados na porção do território a ser chancelada. Este pacto, poder ser feito no âmbito do poder público, ou destes com a sociedade civil, ou apenas entre a iniciativa privada, “desde que este arranjo

seja capaz de garantir a preservação da paisagem cultural através de ações que se encontrem dentro da alçada de competência dos pactuantes”.

Segundo o Iphan,

Uma das premissas para a aplicação do conceito Paisagem Cultural Brasileira é a busca pela preservação da diversidade e riqueza dos cenários, urbanos e rurais, tendo em vista que os processos de massificação da vida e das paisagens têm colocado em risco e mesmo provocado o desaparecimento de contextos de vida e tradições culturais que, a rigor, não deveriam ser perdidas, sob pena do empobrecimento do próprio espírito e da ciência humana (IPHAN, 2011, p.3).

Ao contrário do que se pensa, “o instrumento da chancela difere do processo de tombamento, a chancela não é um instrumento de proteção. Sobre a porção do território chancelada como paisagem cultural, não recairão sanções ou restrições administrativas e/ou jurídicas que impeçam a sua transformação”.

É o que consta no Artigo 3 da Portaria 127/2009:

Art. 3º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira considera o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica, convive com transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis e valoriza a motivação responsável pela preservação do patrimônio (IPHAN, 2009).

Desta forma, é preciso ter muito claro entre os pactuantes, quais as medidas serão adotadas para que se garanta, ou ao menos possibilite a preservação da paisagem cultural a ser chancelada, definindo medias de curto, médio e longo prazo para que não desapareçam os fatores que possibilitaram o reconhecimento desta porção peculiar do território.

No próximo tópico será feita uma análise baseada no turismo e na chancela, relacionando como a busca pela chancela poderá movimentar a atividade turística do local, trazendo benefícios para a região, principalmente desenvolvimento econômico, e como esse movimento com o respaldo da chancela pode ser sustentável para a preservação do patrimônio da região.

## 2.2 A CHANCELA COMO PROPULSOR DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DO TURISMO

A atividade turística movimenta todo o trade turístico, ou seja, o conjunto de equipamentos e serviços que reunidos formatam um atrativo, um produto a ser oferecido para a sociedade. Não se pode mais pensar turismo como uma atividade

restrita e de responsabilidade de agências, operadoras, hotéis, transportes ou poder público. A dinâmica econômica promovida pelo turismo impacta uma localidade por completo, e disso dá-se a necessidade de um planejamento para o desenvolvimento de um turismo equilibrado, para que ocorra em harmonia com os recursos naturais, culturais e sociais das regiões turísticas receptoras, preservando-os para as gerações futuras. De acordo com Ruschmann (2001, p.),

[...] pode-se dizer que o planejamento turístico é o processo que tem como direcionar a construção de equipamentos e facilidades, de forma adequada, evitando efeitos negativos nos recursos que possam destruir ou afetar sua atratividade. Constitui o instrumento fundamental na determinação e seleção das prioridades para a evolução harmoniosa da atividade turística, determinando suas dimensões ideais para que, a partir daí, se possa estimular, regular ou restringir sua evolução.

Para a autora, o planejamento é importante dentro de uma ação humana em que se esperem resultados, com a atividade turística ocorre o mesmo, por ser complexa devido aos diversos tipos de serviços e equipamentos que envolve, necessita de um planejamento igualmente complexo.

Segundo Lemos (2001), o turismo se apresenta como um processo de produção social, tendo-se a necessidade de estudar o valor turístico dos múltiplos elementos – sejam eles ambientais, históricos, negociais, religiosos ou técnicos que mobilizam o deslocamento de pessoas – transformarem-se em mercadoria.

A forma como esse conceito (valor turístico) é absorvido e tratado pelas teorias econômicas que analisam o turismo são o meio para se obter uma construção teórica alicerçada nos processos que dão origem, agregam, transformam e validam esse valor, como também, aquele processo que busca entender sua esfera de valorização e a forma para mensurar seus impactos.

Lemos (2001) ainda diz que ao se definir o valor turístico como objeto de estudo para a economia do turismo, não só se revelaria uma nova interpretação, mas uma dimensão distinta e ampliada dos impactos e das formas como as empresas interagem com os turistas e ambos com as localidades.

Molina e Rodríguez (2001), analisam a evolução do entendimento do turismo nos dias atuais e dizem que o turismo é o resultado de processos sociais e culturais não inteiramente quantificáveis, e que são imprescindíveis para sua compreensão e para implementar ações que permitam obter dele os melhores rendimentos globais, sejam estes financeiros ou não.



Entretanto, as formas de 'comprar' turismo também sofreram alterações nos últimos anos. A busca pelo evadir-se, pelo compartilhar, pelo prazer, existiu sempre na humanidade, porém o que se buscava no passado pode não ser mais o que se busque hoje. Hoje se está cada vez mais conectado às redes sociais, acompanhando em tempo real os acontecimentos e compartilhando com milhares de pessoas informações e percepções. Entra-se na era do turismo de experiências, hoje o turista não quer mais apenas o destino, mas a experiência que o destino tem a oferecer. E isso muda a relação pacífica que o receptivo exercia no simples gesto de receber o turista. Hoje o esforço dá-se em ser criativo para diferenciar-se de empreendimentos similares ao seu, oferecendo não só serviços, mas experiências. Os conceitos de hospedagem também mudaram, hoje os turistas já começam a utilizar os serviços de hospedagem do Airbnb<sup>6</sup>, ao invés da hotelaria tradicional. O turista passa a ser mais independente na compra, as informações estão disponíveis na internet, opiniões são compartilhadas, avaliações são feitas em tempo real, a forma de explorar o turismo fica mais personalizada.

Recanto Maestro sempre ofereceu um estilo de Turismo Cultural, este turismo e a forma de turismo foram crescendo conforme foi crescendo também as atividades de formação oferecidas neste local. A vinda de estrangeiros para a região sempre foi uma constante em função dos eventos realizados pela Associação internacional de Ontopsicologia (AIO) e pela Associação Brasileira de Ontopsicologia (ABO, 2008). Hoje Recanto Maestro recebe grupos com interesse turístico, vindos de diversas partes do Brasil e do exterior, além de turismo cultural, hoje também se oferece gastronomia, enoturismo, visitas, artes, música e uma gama de atrativos que compõe o produto turístico de acordo com o perfil de cada grupo e cliente que chega para conhecer o local.

A atividade turística empreendida com base nos princípios do desenvolvimento sustentável assume relevante papel no contexto social. Promove um verdadeiro intercâmbio cultural entre os visitantes e/ou turistas e a população receptora, gerando benefícios mútuos.

---

<sup>6</sup> Novo conceito de hospedagem que consiste na possibilidade de pessoas colocarem para locação uma parte ou toda a sua casa, o site [www.airbnb.com.br](http://www.airbnb.com.br) fornece uma plataforma de busca e reservas entre a pessoa que oferece a acomodação e o turista que busca pela locação. Esse é um exemplo de economia Compartilhada, uma tendência entre os consumidores para um novo modelo de consumo, dividir o uso, ou a compra, de produtos e serviços.

De acordo com Weissheimer (2012), a chancela da Paisagem Cultural Brasileira torna-se importante instrumento de preservação e representa um avanço como mecanismo de gestão territorial. Salienta a criação da Chancela como

(...) um instrumento de reconhecimento do valor cultural de porções singulares do território nacional, onde as relações intrínsecas do homem com o meio constituem um fato notável, digno de preservação como patrimônio nacional, mas para os quais, até então, não haviam mecanismos de proteção adequados (WEISSHEIMER, 2012, p. 1)

Weissheimer (2012) ainda expõe a inovação trazida pelo instrumento, o qual propõe mecanismos de preservação que faz com que diversos agentes atuem de forma conjunta e tenham algum tipo de interface com a paisagem cultural chancelada.

Está colocado no artigo 216 de nossa Constituição Federal de 1988,

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Desta forma, a autora reafirma que a chancela pode ser considerada muito mais do que um selo ou forma de reconhecimento, ela representa a união de esforços com o compromisso de preservação do patrimônio cultural em sua máxima expressão.

Valorizar o patrimônio cultural pode ser uma forma de reforçar a identidade local, e o turismo pode atuar como um catalisador promovendo um movimento dinâmico que atuará para o desenvolvimento local. A chancela de Paisagem Cultural pode reforçar ou promover ainda mais o desenvolvimento turístico do Recanto Maestro, assim como da Região da Quarta Colônia.

Para que se possa fazer o entendimento das características geográficas e culturais desta região de imigração, e também para entender toda a constituição de todo esse espaço geográfico traz-se a história do lugar mas depois ressaltar as características peculiares do recanto

Nos encontramos assim, na região da Quarta Colônia de Imigração, uma porção peculiar do território nacional, há quem diga que aqui é um pedacinho da Europa, isso se deve às belas paisagens que a natureza esculpiu, e porque neste ano, completamos 140 anos da imigração da Quarta Colônia. Nesta região de imigrantes, entre eles italianos, que trouxeram sua cultura através de hábitos como

a gastronomia, os conhecimentos em marcenaria, alvenaria e o uso de ferramentas, entre outros, sendo Silveira Martins, onde hoje temos o município local denominado berço desta imigração, e dali outros tantos povoados nasceram e que hoje são os municípios que compõe a Quarta Colônia de Imigração.

Recanto Maestro é o mais jovem a compor este cenário, que da iniciativa de um italiano, Professor Antonio Meneghetti, escolheu este local para desenvolver todo o seu trabalho e deixar um legado de cultura, ciência, artes, educação e empreendedorismo. Hoje, Recanto abriga mais de 30 empresas que movimentam a economia, e possui um campus educacional que é referência, que esse ano faz 10 anos, a Faculdade Antonio Meneghetti, e pela faculdade perpassa todo o processo formativo e pedagógico que o Professor Meneghetti empreendeu nesta região.

Recanto não é apenas um local de natureza exuberante que nos toca imediatamente aos olhos, é um local de formação, e isso desde seu início 29 anos atrás. Para o Professor Antonio Meneghetti, o Recanto Maestro

tornou-se para muitos um ponto de referência internacional, de ciência, de vida, de realização. Algumas pessoas vêm aqui para inovar uma cultura superior extraordinária [...] porque aqui há o ecossistema para poder viver e experimentá-la (2017, p.46)

Esta vontade de vida que esse ambiente proporciona às pessoas, o distingue de outros lugares, e é esse particular que atrai e movimenta a economia, o turismo e todas as atividades de formação que vocacionalmente são desenvolvidas nesse espaço desde sua origem. Trata-se assim, de uma região com potencial turístico ainda não explorado em sua plenitude e de forma profissional. Com o processo de chancela, pode-se dar maior visibilidade e ingressar em um novo estágio de desenvolvimento turístico na região.

No próximo tópico exploramos alguns elementos históricos fundamentais da constituição desta região, situando Recanto Maestro e os elementos que o caracterizam como possibilidade de Patrimônio de Paisagem Cultural.

### **3 ELEMENTOS HISTÓRICOS DA QUARTA COLÔNIA E RECANTO MAESTRO**

#### **3.1 QUARTA COLÔNIA**

Os primeiros imigrantes italianos chegaram no Brasil no ano de 1870, o governo do Brasil estava estimulando a imigração europeia, especialmente depois de 1850, época em que o tráfico de escravos foi abolido no Brasil e os europeus estavam tomando o lugar da mão de obra escrava.

De acordo com Giron e Herédia, o Rio Grande do Sul, que antes pertencia à Espanha, quando anexado ao Brasil deu início ao processo de povoamento através de colônias. “Em 1875, tem início a última etapa do povoamento da província, que havia iniciado no século XVIII (...) Foram os imigrantes italianos, em sua maioria, que completaram o povoamento do Rio Grande do Sul” (GIRON e HERÉDIA, 2007, p.26).

O total de terras postas à disposição da colonização correspondia a 10% do total e terras do Estado, resguardando o latifúndio e as terras destinadas à criação de gado. A colonização não modificou a estrutura fundiária do Estado, mas, em algumas áreas das encostas do Planalto e no próprio Planalto, a pequena propriedade se tornou fonte de produção e renda.

Em 1873, deu-se o Aviso Real de demarcação dos lotes das Colônias Conde D'Eu e Dona Isabel, ordenado por Dom Pedro II. A formação da província foi anunciada em texto por Joaquim José de Macedo, e, de acordo com o tal já existiam algumas cidades importantes como por exemplo Porto Alegre.

O espaço destinado à colonização referia-se às mudanças ocorridas na Lei de Terras de 1850, “segundo a qual as terras, cuja posse não fosse confirmada por seus proprietários, deveriam voltar às mãos do governo nacional. As terras não legalizadas, chamadas devolutas, seriam as áreas destinadas à colonização” (GIRON e HERÉDIA, 2007, p.34).

Um dos resultados da Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835-1845), foi a destruição de parte da estrutura das colônias do vale do rio dos Sinos, e a suspensão da importação de imigrantes. Sendo o império um Estado unitário,

partiu dele a iniciativa de imigração e colonização, com pouca ou nenhuma autonomia financeira das províncias para este fim. “Assim sendo, quatorze colônias imperiais foram criadas no Rio Grande do Sul de 1850 a 1889 (...) As colônias imperiais criadas entre 1875 e 1877 foram: Caxias, Dona Isabel, Conde D’Eu e Silveira Martins” (GIRON e HERÉDIA, 2007, p.44).

De acordo com Boni e Costa (1982), além das duas colônias existentes (Dona Isabel e Conde D’Eu), o governo havia providenciado a medição de terras devolutas às margens do rio Caí em 1873, decidindo criar mais uma colônia chamada Fundos de Palmira que, alguns anos depois, 1877, passou a chamar-se “Colônia Caxias”. Dois anos depois que o governo assume a colonização (1877), resolve criar uma quarta colônia para imigrantes italianos, utilizando terras nas proximidades com Santa Maria, surgindo assim a Colônia de Silveira Martins.

Fundos de Nova Palmira, era a chamada Colônia Caxias, nome recebido em 11 de fevereiro de 1877. Dona Isabel, hoje Bento Gonçalves, teve o início de seu povoamento em 1870. Conde D’Eu, hoje Garibaldi, começou a ser povoada em 1875. Em 1877, foi criada Silveira Martins, o centro da província, na região de Santa Maria da Boca do Monte.

A Colônia de Silveira Martins foi demarcada em local muito distante das demais colônias serranas, situadas na zona central da província. Foi a mais bem situada das colônias, distando apenas 18km da ferrovia que ligava Santa Maria a Porto Alegre. O locus de nossa pesquisa encontra-se situado nesta última colônia criada.

De acordo com Righi, Bisognin e Torri (2001), deu-se um momento em que a sede da Quarta Colônia Imperial não comportava mais novos assentamentos, iniciou-se então um fenômeno chamado reimigração. Com a constante vinda de famílias italianas, muitos proprietários passaram a vender terras aos imigrantes, e estes, com o crescimento da famílias necessitavam se expandir. A primeira etapa da reimigração compreende o processo de ajustamento dos imigrantes e a consequente formação de novos povoados como Santos Anjos, Linha Guarda-Mor, São João do Polêsine e Faxinal do Soturno.

De acordo com Marin (1999), o primeiro grupo de italianos chegou ao barracão de Val de Buia, próximo à atual rodovia que segue para Silveira Martins, em setembro de 1877.

Quando se fala em Silveira Martins como sede da Quarta Colônia de imigração italiana, deve-se, em primeiro lugar, não limitá-la ao antigo distrito de Santa Maria e nem ao atual território do, hoje, município de Silveira Martins. A ex- Colônia Silveira Martins, englobado seu território original e mais as expansões posteriores, para simplificar a compreensão, abrangia os municípios atuais de Silveira Martins, Faxinal do Soturno, Nova Palma, Ivorá, São João do Polêsine, Pinhal Grande, parte dos municípios de Dona Francisca, Restinga Seca e áreas ainda pertencentes a Santa Maria e Júlio de Castilhos. (MARIN,1999, p.13).

A Colônia Silveira Martins originou os municípios de: Silveira Martins, Ivorá, Faxinal do Soturno, Nova Palma, São João do Polêsine, Dona Francisca e Pinhal Grande, compondo hoje a Quarta Colônia de Imigração Italiana. No entanto, por questões político-econômicas integram-se a região mais dois municípios Restinga Seca (colonização portuguesa) e Agudo (colonização alemã).

De acordo com Boni e Costa (1982), a região de colonização do Rio Grande do Sul, foi composta em sua grande maioria por famílias, ao contrário dos grandes centros de imigração italiana do mundo. No Rio Grande do Sul, mais de 85% dos homens havia partido com seus familiares, caracterizando a colonização gaúcha como obra de família, e não de indivíduos isolados.

Entre os municípios de São João do Polêsine e Restinga Seca, está localizado o Distrito Recanto Maestro, que inicialmente pertencia ao Distrito de Vale Vêneto, e em 1997 foi considerado Distrito de São João do Polêsine. É esta localidade que abordaremos no decorrer do presente trabalho, contextualizando sua história e seu contexto arquitetônico ambiental, o qual consideramos atender as características para ser considerado Patrimônio de Paisagem Cultural.

Valserina Gassen<sup>7</sup>, em entrevista, relata um crescente desenvolvimento da região nos últimos 20 anos.

Em termos de desenvolvimento estratégico, mapeamos a região e identificamos alguns pontos para o desenvolvimento, como por exemplo a qualificação de empreendedores, indústria, comércio, estradas, a qualificação na área do turismo, pois com isso se movimenta tudo. A região percebeu a diferença no movimento, isso se deve a união de trabalho entre os municípios, quando se trabalha em conjunto passamos a ter outro olhar e começamos a desenvolver mais.

---

<sup>7</sup> Diretora de Captação de Recursos junto ao CONDESUS; representante junto ao CORED (Conselho de Desenvolvimento dos 19 municípios) pela micro região da Quarta Colônia; ex-Prefeita de São de São João do Polêsine.

Os municípios da Quarta Colônia estão organizados junto ao Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS), fazendo com que se tenha uma união de objetivos para a região, e que se possam lançar ações pontuais junto ao Governo de Estado para melhorias nos municípios e políticas para o desenvolvimento do turismo na região. Além disso, os municípios estão articulados por meio do Conselho Regional de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (COREDE), e conforme Valserina Gassen, os municípios formalizaram um planejamento estratégico até 2028, prevendo algumas ações para o desenvolvimento, como estradas, turismo, centro de pesquisa, curso de paleontologia, fibra ótica e segurança integrada municipal.

O município de São João do Polêsine, inseriu Recanto Maestro em seu Plano Diretor, dentro das Políticas de Estruturação Regional. O departamento de meio ambiente do município é responsável pela fiscalização e liberação de licenças para construções, todo pedido de licença encaminhado para a Prefeitura é avaliado pelo engenheiro florestal que irá observar se este projeto obedece às normativas do município e as normas de parcelamento do solo, para assim poder emitir a licença de operação. Garantindo assim que as futuras obras sejam feitas em áreas apropriadas, salvaguardando as áreas de proteção, nascentes, matas ciliares e restingas.

Também Valserina lembra que, quando estava na gestão do Município, por muitas vezes Professor Antonio Meneghetti, fundador do Projeto Recanto Maestro, abordava a temática de desenvolvimento com os Prefeitos da região e dizia que os municípios deveriam trabalhar todos integrados, para que se tivesse um reflexo positivo na economia e no desenvolvimento.

### 3.2 O DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO RECANTO MAESTRO

O objeto deste estudo, o Distrito Recanto Maestro, localiza-se entre os municípios de São João do Polêsine, Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, e Restinga Seca. Nesse local, uma das questões que se prioriza é a sustentabilidade, seja das ações que promove, seja dos benefícios à comunidade na qual atua, quanto alinha seus projetos para que possam auxiliar no alcance dos Objetivos do Milênio, estabelecidos pelas Nações Unidas.

Recanto Maestro tornou-se Distrito de São João do Polêsine pela Lei Municipal nº 389. Parte do território do Recanto Maestro tornou-se área urbana, contribuindo com os impostos municipais.

De um local abandonado, com problemas de erosões, sem infra estrutura, após 29 anos, Recanto Maestro é um exemplo de colaboração entre as iniciativas privada e pública, de como a ciência, tecnologia e empreendedorismo podem contribuir com a região circunstante enquanto desenvolvimento econômico, ambiental, educacional, cultural e sobretudo, humano (SCHUTEL, 2010).

No início, quando foi adquirido, Recanto Maestro tinha 15 hectares. Em vinte e nove anos passou a ter uma extensão de mais de 100 hectares, com característica de uma vegetação rica e estratificada. Foram empreendidas atividades de recuperação da mata ciliar ao redor das sangas, proteção do solo e das águas e investimentos estéticos, arquitetônicos e de negócios.

O distrito, atualmente com área superior a 100 hectares, possui como característica a vegetação típica de pasto com resquícios de mata atlântica. O solo predominante é arenito basáltico e a área é irrigada por sangas e nascentes que afloram do solo da região hidrográfica da Bacia do Guaíba. Assim como todo o estado do Rio Grande do Sul, o terreno é considerado região de recarga do aquífero Guarani, considerado o maior reservatório de água doce do mundo, o que reforça ainda mais a necessidade de preservação ambiental do local. (SOUZA, MONTENEGRO e SCHUTEL.,2009, p.4).

No dia 2 de julho de 2007, na sede das Nações Unidas em Genebra (Suíça), o Projeto Ecobiológico do Centro Internacional de Arte e Cultura Humanista Recanto Maestro foi apresentado na Feira Anual Ministerial de Inovação, a convite do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas – ECOSOC/ONU, organizador da feira. Este evento tem como objetivo demonstrar como as Organizações Não Governamentais vinculadas à ECOSOC contribuem para atingir os 8 Objetivos do Milênio propostos pela ONU. O Projeto Ecobiológico do Centro Internacional de Arte e Cultura Humanista Recanto Maestro foi reconhecido como case de sucesso em desenvolvimento sustentável.

Recanto Maestro foi planejado, para que a relação estabelecida entre o indivíduo e o ambiente seja útil e funcional ao bem-estar biológico, ao desenvolvimento intelectual e de autoconstrução humana, assim como a preservação e evolução do ecossistema. É um local que visa reintegrar o ser humano à ordem de natureza que lhe é própria, contribuindo para que este opere



mais e melhor em seu ambiente social. “Ecobiologia holística significa saber viver com qualidade superior a própria vida com o ecossistema naturalístico” (MENEGETTI, 2017, p. 26).

Somos influenciados pelo ambiente em que vivemos, e também influenciemos o ambiente, dessa relação, se estabelece a nossa responsabilidade com o tipo de interação que fazemos nos locais em que estamos inseridos, nosso modo de viver, de se alimentar, de se desenvolver. “A ecobiologia holística propõe saber construir sem destruir, usar construção, energia orgânica e uma confortável bioarquitetura segundo a logística de sanidade do corpo, higiene da mente e transparência viva com a natureza” (MENEGETTI, 2017, p. 27).

Assim como Recanto Maestro, que está localizado no Brasil, em outras partes do mundo foram desenvolvidos Centros Ecobiológicos com o mesmo princípio, o de proporcionar ao ser humano um local sadio, ecologicamente correto, com uma beleza natural viva e revigorante, para formação integral do ser humano.

Nestes centros foram construídos residências, hotéis, restaurantes, empresas e ambientes de circulação pública, esculturas e pinturas na composição dos cenários. Atualmente, existem oito Centros Ecobiológicos no mundo, ativos e operantes, sendo estes: 1) Bérnia (próximo a São Petersburgo, Rússia); 2) Marudo (próximo a Milão, Itália); 3) Lizori (na Úmbria, Itália); 4) Niotan (próximo a Ecaterimburgo, Rússia); 5) Diostan (próximo a Magnitogorski, na Federação Russa); 6) Lizari (próximo a Riga, Letônia); 7) Vitolga (próximo a Kiev, na Ucrânia) e 8) Recanto Maestro (Rio Grande do Sul, Brasil).

Em 1988, quando o Professor Antonio Meneghetti iniciou os investimentos de estudos e construções na região, o ambiente se encontrava com um número reduzido de habitantes, se praticava a agricultura de subsistência, além disso, boa parte dos terrenos eram ocupados por lavouras de milho e por poteiros para os animais. A vegetação do local era rala e rasteira, haviam poucas árvores, o solo de característica arenítica favorecia erosões. Dos poucos habitantes do local, boa parte acabava abandonando seu espaço pois não conseguiam sobreviver da própria produção, na época, a aragem do solo era a técnica de plantio utilizada, mas sendo um terreno de característica arenítica, a sua aragem não beneficiava a manutenção dos nutrientes da terra, e após algum tempo de uso, o solo já não

produzia mais com tanta eficácia. Tendo as propriedades abandonadas, com as chuvas, os cursos de água agravavam as erosões do solo.

Aos poucos, propriedades foram sendo adquiridas conforme as necessidades que se apresentavam. A primeira propriedade a ser comprada é onde se encontra hoje a Pousada Recanto, naquele espaço, algumas pessoas começaram a se reunir para estudar e também para trabalhar na organização do espaço. A antiga casa de pedra, ainda do tempo da imigração, foi reformada, uma cozinha foi construída, e o espaço para o estudo e para o trabalho começou a ser modelado. Depois desta, outras propriedades foram adquiridas e os espaços começaram a ser reformados ou iniciadas novas obras. Naquela época não havia estradas pavimentadas e também iluminação pública, tudo isso foi trabalhado junto ao poder público para melhorias da acessibilidade e infra estrutura do Distrito.

Esta passagem foi relatada em 2012, em entrevista, pelo Professor Antonio Meneghetti

Como nasceu Recanto Maestro?

**A.M.** – Começou em um local desconhecido e antes desprezado [...] eu gostei pela sua genialidade nativa como terra, vegetação, força, água, céu, tudo. Queria um lugar que fosse, na sua simplicidade, positivo, que fosse forte, ecobiologicamente perfeito, sadio. Gostei, mas tinha já em mente criar um espaço técnico, de serviço, de formação, que fosse válido como reflexo internacional.

Houve um planejamento inicial do que seria hoje o complexo de construções do distrito?

**A.M.** – O Recanto não nasceu de um planejamento, nasceu da solução de algumas circunstâncias. Solução de circunstâncias que precisavam ser resolvidas. Por exemplo, quando chovia, havia pontos de torrente de água, foi preciso construir pontes sobre aquelas torrentes para poder passar. Quando chovia a estrada ficava com tanto barro que os carros deslizavam, então, foi pavimentada. Precisávamos construir as primeiras casas – ao menos três ou quatro – para tornar o local eficiente, habitável. De belo, já se tinha o encanto da natureza, com suas colinas, árvores, córregos, cores, frutas, animais, pássaros, céu, etc. Diversas coisas nasceram da exigência daquele momento. Precisávamos de maiores instalações, para tanto, era indispensável também uma tecnologia de manutenção, de bem estar. Na medida em que o corpo base operativo crescia, era preciso informar os habitantes da região, adequar as estradas e os espaços de encontro. Foi um processo formulado sob medida. Como faz a natureza, que não planeja, mas organiza a si mesma naquele local, compondo-se do que serve para conservar e potencializar a identidade daquelas pessoas, daquele projeto. A primeira coisa que fiz foram conferências, mas dentro de uma convivialidade local. Portanto, precisávamos de algumas casas, sala de aula e restaurante. Foram as primeiras coisas criadas, sempre conexos a um prazeroso divertimento ecobiológico, à natureza. Não à natureza entendida em modo passivo e, sim, entrando no desafio, na provocação que a natureza propõe (JORNAL RECANTO MAESTRO, p.4-

5).

A Prefeitura de São João do Polêsine, desde o início dos primeiros loteamentos, pavimentação de estradas, formalizou uma parceria de trabalho muito ativa, fazendo geralmente a infra estrutura de rede pluvial, colocação de tubos, a base dos calçamentos, material para a base dos calçamentos, e o Recanto Maestro fornecia mão de obra, pedras do calçamento. No que se refere a energia elétrica, a Prefeitura e o Recanto trabalharam junto à Usina Hidrelétrica Nova Palma Energia, para trazer energia elétrica para o Distrito. A usina fornecia o serviço e o material para pago pelo Recanto. A parceria estabelecida entre Prefeitura Municipal de São João do Polêsine e Recanto Maestro, sempre salvaguardou a legislação vigente no município, Valserina Gassen lembra que por diversas vezes Professor Meneghetti a chamou para que pudesse apresentar suas intenções de novas obras e construções, para que ela verificasse se estava dentro do que previa a legislação de ocupação urbana vigente do município.

Falamos anteriormente que, quando as antigas propriedades começaram a ser adquiridas no final da década de 80 início da década de 90, pouca vegetação se encontrava no local, a paisagem era composto em sua maioria por lavouras de milho e poteiros para os animais. Em 20 anos foram plantadas 50.000 árvores nativas e frutíferas no distrito. As fotos aéreas e de satélite, demonstram a recuperação da mata em grande extensão do Distrito conforme Figura 1. De acordo com Souza (2009), estima-se 35% de cobertura vegetal existente no Recanto Maestro, sendo 7% de ação de reflorestamento. As árvores plantadas, as bananeiras principalmente, e o cuidado com o solo, possibilitaram o fim das erosões constantes e o crescimento da flora com espécies nativas que estavam escassas no distrito.

Figura 1: Arborização do local



Fonte: Acervo Documentário 2009

Neste período, dá-se um rápido crescimento urbano e econômico, em virtude do número de moradores e do aumento de mão de obra para o trabalho e conseqüentemente para a abertura de novos empreendimentos. Com o crescimento do número de pessoas a frequentarem o Recanto, deu-se a necessidade de novas construções, como um espaço para alimentação, espaço para hospedagem, instalação de empreendimentos, e em 2007 o início da Faculdade Antonio Meneghetti, que foi um marco no desenvolvimento do Distrito.

Para ordenação do espaço, a Associação de Moradores (AMRM) foi fundada, em setembro de 2011, reunindo os moradores do distrito em uma entidade que ajuda a defender o interesse comum de seus associados. Entre suas finalidades, encontram-se: elaborar uma política ampla para a comunidade, obtendo soluções dos diversos problemas e, quando necessário, encaminhá-las às autoridades competentes; zelar pela qualidade de vida local; desenvolver atividades culturais, esportivas, recreativas, educativas, e outras; viabilizar convênios e recursos para trabalhos que venham a beneficiar a comunidade; colaborar com os poderes público e conselhos; promover debates e atuar em conjunto com órgãos públicos e privados para adquirir recursos de forma a realizar obras de interesse humano; defender os interesses coletivos dos moradores, priorizando a melhoria das condições de vida e a garantia dos direitos do cidadão.

Foi pela parceria feita entre as Prefeituras de São João do Polêsine e Restinga Seca e os primeiros moradores do Recanto Maestro, papel hoje assumido pela Associação de Moradores do Recanto Maestro, que hoje a área onde está o Recanto Maestro possui estradas pavimentadas, telefonia, acesso à condições de Internet estáveis e segurança. A AMRM ainda zela pela preservação das edificações do conjunto arquitetônico do Recanto Maestro.

Em 2012, começou-se a fazer um trabalho de zoneamento do local, gabarito de ruas, pois a expansão do Recanto Maestro aconteceu sempre das necessidades que se apresentavam em cada momento, por estar em um ambiente de muita natureza, a própria natureza já delimitava os traços a serem preservados. Na década de 90, quando da compra do terreno de mais ou menos 17ha, pensou-

se em um loteamento de terrenos para constituir o que hoje é o condomínio residencial. O arquiteto Luiz Bessler lembra que todo este trabalho de loteamento foi realizado junto à Prefeitura de São João do Polêsine, com o engenheiro Vilmar Vizzotto, fazendo o procedimento dos projetos, visitação do local em função da topografia e da vegeta o, “quase não se tinha vegeta o, eram basicamente antigas lavouras, antigos barrancos, onde existia vegeta o não foram demarcados terrenos, e já na época foi considerada a área de preserva o, a área verde do terrenos que dentro do loteamento   pertencente   Prefeitura”, lembra sr. Luiz.

Um planejamento de expansão, com regras de ocupa o   de extrema importância, pois já delimita também medidas de recuos a serem observadas para as próximas obras e pensando também em futuras amplia es. A expansão, por mais bem intencionada e ordenada que seja, causa um impacto, e este pode ser medido quando   previsto anteriormente por meio de estudos que podem observar o quanto mais   possível expandir sem que se tenha problemas de estacionamento, escoamento, recuos, etc.

Sendo a Associa o de Moradores uma entidade que zela pelo interesse dos moradores e pela ordem do local, poderia esta ter a incumbência de apresentar junto às Prefeituras as propostas de plano de expansão. Já existe o estudo iniciado pelo Arquiteto Rafael Lorentz, no qual apresenta propostas de Diretrizes para o Desenvolvimento Urbano (Anexo 6), descri o do Regime Urbanístico (Anexo 7), mapas de divisão do Distrito com orienta es de marca es para futura expansão (Anexo 8). Quando as Prefeituras fizeram seu novo plano diretor, os municípios o fizeram em conjunto e as regras são quase comuns   todos<sup>8</sup>, já nesta época, São João do Polêsine previu Recanto Maestro como uma condi o especial em seu plano diretor, justamente por ser um local diferenciado.

A capacidade de expansão está limitada ao espaço urbano junto   Prefeitura, deste ponto de vista, os espaços formalizados de expansão não são muitos. A expansão atualmente se d  em áreas consideradas rurais, com licença de constru o sob regime de exce o.

A fun o também da Associa o fazer a curadoria das áreas de preserva o junto   Prefeitura a cada novo projeto que surgir. Para os próximos anos, algumas

---

<sup>8</sup> Conforme informa es coletadas em entrevistas com arquiteto Luiz Bessler e Valserina Gassen

obras estão previstas, como o terceiro prédio do Campus da Faculdade Antonio Meneghetti, um prédio comercial, uma praça, um teatro e um monumento.

A Associação de Moradores é a entidade que responde pela preservação do patrimônio, manutenção do estilo arquitetônico e recursos naturais, em parceria com a Fundação Antonio Meneghetti. A Associação implementou algumas medidas legais a serem observadas quanto a construção das casas, reformas, bem como a ocupação dos espaços na expansão das edificações e obras como estradas, vias públicas, áreas de preservação, áreas de acesso ao público. Em setembro de 2014, foi instalado o Comitê Arquitetônico, Estético Recanto Maestro, instituído pela Associação de Moradores, com o objetivo de preservar, resguardar e respeitar a integridade das obras arquitetônicas do Recanto Maestro, legado artístico e autoral de Antonio Meneghetti. Via Associação de Moradores, pode ser feito um esclarecimento junto aos moradores, via documento, que as casas são consideradas patrimônios culturais do Recanto Maestro, tendo a autoria do Professor Meneghetti, e o arquiteto legalmente responsável pelo projeto, sendo assim, para modificação de qualquer elemento externo, é necessário uma autorização via associação de moradores.

## 4 METODOLOGIA

Como metodologia, utilizamos o estudo teórico desenvolvido especialmente a partir da revisão bibliográfica e do estudo de caso qualitativo, apresentando uma proposta de chancela de paisagem cultural. A revisão bibliográfica centrou-se basicamente em três grandes temas, paisagem cultural, Quarta Colônia de Imigração e Recanto Maestro.

Para Lakatos e Marconi, a pesquisa bibliográfica pode ser considerada “Um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais” (1992, p.43). E ainda, “Toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas” (1992, p.43).

São duas as maneiras, segundo as autoras, de obter-se os dados da pesquisa, seriam a documentação direta e a indireta. A primeira se refere ao levantamento de dados do local onde os fenômenos ocorrem, neste trabalho utilizamos de entrevistas com diferentes pessoas e profissionais que nos favoreceram dados históricos, situação atual, concepção do local, infra estrutura, planejamento, plano de expansão.

Quadro 2 - Fontes de pesquisa

<b>Entrevistados</b>	<b>Tipo de Informações</b>
Valserina Gassen	Dados históricos, legislação, plano diretor, contexto atual da Quarta Colônia, Política Regional de Expansão do Turismo
Luiz Bessler	Dados históricos, arquitetura, infra estrutura, registros, documentos, Arquitetura OntoArte
Rafael Lorentz	Mapas, Diretrizes de Desenvolvimento Urbano, Regime Urbanístico
Carol Miranda	Estilo OntoArte na arquitetura
Jaco Ruver	Dados Históricos, Ecobiologia
Consuelo Campus	Arquitetura OntoArte dos Centros Ecobiológicos de Antonio Meneghetti

Fonte: Entrevistados

A segunda maneira se utiliza de fontes de dados coletados por outras pessoas. Isso nos dá uma segunda subdivisão: pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. A pesquisa documental engloba todo o tipo de material que possa servir como fonte de informação, estando estes escritos ou não. Já a pesquisa bibliográfica, se utiliza de toda a bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, etc., colocando o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto.

A descrição do que é e para que serve a pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, ou outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto a de campo (documentação direta) exigem, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como primeiro passo de toda a pesquisa científica (LAKATOS & MARCONI, 1992, p. 44).

Neste trabalho foi coletado material histórico em diferentes fontes documentais do acervo do Recanto Maestro. As fontes utilizadas foram livros, anuários, fotografias, arquivos digitais, documentários, estatuto, documentos oficiais, mapas, cartas e outros registros. Todos esses documentos estavam sob a guarda de diferentes instituições, as quais fizemos o contato prévio, tendo sido autorizada à pesquisadora a ter acesso a esses documentos. Alguns deles foi possível obter cópias para anexarmos no trabalho.

Quadro 3 - Fontes documentais

<b>Instituição</b>	<b>Tipo de Documento</b>
Acervo Recanto Maestro	Artigos científicos, fotografias, vídeo conferências
Associação de Moradores	Estatuto, cartas, legislação
Fundação Antonio Meneghetti	Estatuto
Biblioteca Humanitas	Livros, documentários
Acervos individuais de escritório de arquitetura	Mapas, Diretrizes de Desenvolvimento Urbano, Regime Urbanístico
Prefeitura de São João do Polêsine	Plano Diretor, legislação
Iphan	Informações sobre o Processo de solicitação de Chancela
UNESCO	Manual de Referência: Preparação de candidaturas para o Patrimônio Mundial

Fonte: Dados da pesquisa



Conforme May (2004), existe uma grande variedade de documentos à nossa disposição para a pesquisa social, “Eles nos falam das aspirações e intenções dos períodos aos quais se referem e descrevem lugares e relações sociais de uma época na qual podíamos não ter nascido ainda ou simplesmente não estávamos presentes” (MAY, 2004, p. 206). Em nossa pesquisa foi fundamental essa coleta de documentos, pois como demonstramos nos Quadros 2 e 3, estes nos permitiram individuar os diferentes elementos para então compor o arranjo deste cenário, afim de analisar se o Centro Internacional de Arte e Cultura Humanista Recanto Maestro se configura como Patrimônio de Paisagem Cultural passível de Chancela. Ainda segundo o autor, os documentos podem se tornar um reflexo da realidade, pois fazem a correspondência entre a sua descrição e os eventos aos quais essa realidade se refere. Sem essa coleta de documentos não teria sido possível compreender muitos dos particulares que compõe a complexidade do cenário Recanto Maestro, visto que Recanto Maestro apresenta diversas facetas como Centro Administrativo, Centro de Formação, Distrito, local turístico, local cultural, Polo Empreendedor.

A pesquisa foi desenvolvida a partir da abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa se justifica, conforme Triviños (1987), porque propicia um maior aprofundamento do fenômeno investigado, ações, princípios e crenças, que orientou a análise da realidade concreta do estudo em questão. A escolha pela abordagem qualitativa deu-se por colocar o pesquisador em contato direto com o objeto investigado. Utilizamos dados históricos e elementos que caracterizam e favorecem a compreensão do fenômeno analisado: o Recanto Maestro como Paisagem Cultural.

Segundo Triviños, (1987), foi em meados da década de 70 que deu-se início ao interesse, que surgiu nos países da América Latina, pelos aspectos qualitativos da educação, e que o ensino sempre se caracterizou pelo destaque de sua realidade qualitativa. Foi esta realidade que utilizamos para descrever Recanto Maestro por meio da história, infra estrutura, arquitetura, concepção, para que se pudesse entender o fenômeno por completo.

Ainda, o autor coloca que, pesquisas de natureza qualitativa não precisam necessariamente apoiar-se na informação estatística, e isso não faz com que a

pesquisa seja especulativa, pois esta se caracteriza por ter um tipo de objetividade e de validade conceitual.

Triviños diz que existem duas dificuldades para definir o que entendemos por pesquisa qualitativa, uma diz respeito à abrangência do conceito, à especificidade de sua ação e aos limites deste campo de investigação. A outra é ser considerada como uma 'expressão genérica'.

Entre os tipos de pesquisa qualitativa característicos, utilizaremos o estudo de caso. Segundo Triviños, (1987, p.133) o estudo de caso "é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente". Bogdan (1994), falando sobre estudo de caso, caracteriza três categorias de pesquisa: Estudos de Caso de organizações numa perspectiva Histórica; Estudos de Caso de Observação; Histórias de Vida. Nosso trabalho identifica-se com a primeira tipologia, Estudos de Caso de organizações numa perspectiva Histórica, o interesse do pesquisador recai sobre a vida de uma instituição, no presente trabalho recai sobre uma localidade específica. Para fazer esta análise, realizamos a busca de documentos que pudessem retratar a história. Nesta tipologia, Triviños diz que o pesquisador deve partir do conhecimento que existe do local, que materiais estão disponíveis e podem ser manejados, ou seja, documentos e publicações que retratem a vida e trajetória do objeto em estudo.

Para Stake (1994 apud Godoi 2006), quando se fala em estudo de caso, não estamos nos referindo a uma escolha metodológica mas, fundamentalmente, à escolha de um determinado objeto a ser estudado, que pode ser uma pessoa, um programa, uma instituição, uma empresa ou um determinado grupo de pessoas que compartilham o mesmo ambiente e a mesma experiência. Nosso estudo se dá dentro da temática paisagem cultural, sendo o objeto deste estudo a possibilidade de chancela do Distrito Recanto Maestro.

Também Merriam (1988 apud Godoi 2006) se refere ao estudo de caso qualitativo como uma descrição (holística e intensiva) de um fenômeno bem delimitado (um programa, uma instituição, uma pessoa, um grupo de pessoas, um processo ou uma unidade social). O que denota que o interesse do pesquisador está mais voltado à compreensão dos processos sociais que ocorrem num determinado contexto do que às relações estabelecidas entre variáveis. Dentro

desse processo buscamos compreender as peculiaridades deste espaço para entender se é possível que se configure como paisagem cultural.

Godoy (apud Godoi et al. 2006), destaca que ainda pode-se ter diferentes tipos de estudo de caso – descritivo, interpretativo e avaliativo. O Descritivo irá apresentar um relato detalhado de um fenômeno social, o Interpretativo, além do relato detalhado irá conter informações que possibilitem interpretar ou teorizar sobre o fenômeno, e o Avaliativo irá gerar dados e informações para julgar resultados e efetividade de um programa. Nosso estudo de caso é do tipo descritivo, pois visa evidenciar as peculiaridades dessa paisagem para que seja caracterizada como paisagem cultural.

As etapas do trabalho seguiram o esquema apresentadas no quadro abaixo:

Quadro 4: Etapas percorridas para a configuração da possível proposta de chancela

	<b>Etapas</b>
1º	Apresentação do trabalho
2º	Revisão bibliográfica
3º	Contato com Iphan para orientações
4º	Processo de solicitação da Chancela Paisagem Cultural a ser encaminhado ao IPHAN

Fonte: Pesquisa

A apresentação do trabalho traz as motivações da pesquisa e seus objetivos, na Revisão Bibliográfica são abordadas as temáticas Paisagem Cultural, Quarta Colônia e Recanto Maestro. Fez-se contato com O IPHAN para maior conhecimento da documentação e procedimento para a solicitação da chancela, para posteriormente descrevê-lo no presente trabalho.

No próximo capítulo apresentaremos o produto resultante de nossa pesquisa, o dossiê Distrito Recanto Maestro, composto por um breve histórico, documentos legais, pacto entre instituições com interesse na salvaguarda do patrimônio do local e descrição da peculiaridade da arquitetura e paisagem local. O dossiê foi elaborado tendo como referência as orientações do Iphan, mas fundamentalmente o Manual de Preparação de Candidaturas para o Patrimônio

Mundial, elaborado pela Unesco, que foi aquele que orientou o processo de chancela da cidade do Rio de Janeiro.

## **5 DOSSIE: PROCESSO PARA PEDIDO DA CHANCELA DE PAISAGEM CULTURAL**

O presente dossiê tem como finalidade apresentar o Centro Internacional de Arte e Cultura Humanista Recanto Maestro, localizado na região do Vale Central do Rio Grande do Sul, na Quarta Colônia de Imigração, como uma porção do território nacional passível da Chancela Paisagem Cultural.

O dossiê será composto por vários documentos, dentre eles:

- a) Proposta para o pacto de gestão entre Associação de Moradores Recanto Maestro e Fundação Antonio Meneghetti, partes responsáveis pela salvaguarda do patrimônio e que serão responsáveis pelas ações de preservação do mesmo;
- b) Breve histórico do local, elaborado com trechos do documentário 'De um lugar abandonado à... Recanto Maestro: Projeto Internacional de Arte e Cultura Humanista', publicado em 2009, sendo parte do projeto cultural da Associação Brasileira de Ontopsicologia, aprovado pelo Ministério da Cultura, nº PRONAC 086490, publicado no Diário Oficial da União em 29/11/2008;
- c) Fotografias do acervo do Recanto Maestro, apresentando o desenvolvimento do local, detalhes da arquitetura e da paisagem;
- d) Documentos que tratam sobre as diretrizes para o desenvolvimento urbano, regime urbanístico, mapas com diretivas de expansão;
- e) Entrevistas com instituições interessadas na preservação do patrimônio, entrevistas com pessoas da comunidade trazendo relatos históricos.

### **Pacto de gestão**

De acordo com orientações do Iphan, antes mesmo de apresentarmos a proposta para pedido de chancela, faz-se necessário elaborar um pacto de gestão entre os diversos agentes que atuam na porção do território a ser chancelada. Esse pacto pode ser feito no âmbito do poder público, ou deste com a sociedade civil, ou apenas entre a iniciativa privada, desde que seja estabelecido

um plano de atuação que considere: “o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica”, buscando a convivência harmoniosa com “as transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis” e valorizando a “motivação responsável pela preservação do patrimônio” (IPHAN, 2011).

Conforme o histórico levantado a respeito do crescimento do Distrito, e das instituições criadas para salvaguardar os interesses e conduzir projetos e ações que zelem pela filosofia do projeto, considera-se adequado propor que Associação de Moradores Recanto Maestro, fundada em 2011 e Fundação Antonio Meneghetti, fundada em 2010, sejam as instituições pactuantes e detentoras da responsabilidade de salvaguardar o patrimônio cultural que existe em Recanto Maestro.

A Associação de Moradores, em 2014, cria o Comitê Arquitetônico, Estético Recanto Maestro, e encaminha às Prefeituras de São João do Polêsine e Restinga Seca, municípios aos quais faz parte, ofício dando conhecimento do mesmo e explicando seu objetivo: “Preservar – resguardando e respeitando a integridade das obras arquitetônicas do Recanto Maestro, legado artístico e autoral de Antonio Meneghetti [...] A associação de Moradores solicita que os novos projetos de construção civil, a serem aprovadas pelo município no distrito Recanto Maestro, sejam encaminhadas para a avaliação do “Comitê Arquitetônico e Estético Recanto Maestro”. (Anexo 4).

A Associação de Moradores também informou aos moradores da existência e funcionamento do comitê por meio de documento (Anexo 5), determinando que para qualquer alteração de fachada de residências e prédios comerciais (reformas, pinturas, entre outros), seja feito através de pedidos de alteração enviados à Associação, para que a mesma possa auxiliar e orientar nas alterações, “visando respeitar e preservar a identidade da obra arquitetônica”.

A Fundação Antonio Meneghetti é uma instituição de educação e incentivo à cultura, que, conforme seu Estatuto tem for finalidade: “ I – Promover a Cultura Humanista, seguindo os preceitos definidos pela Organização das Nações Unidas – ONU; II – Promover o estudo e a aplicação das três descobertas feitas pelo Patrono da Fundação Antonio Meneghetti; III – Apoiar instituições que se dediquem à promoção humana, à qualificação profissional de jovens e adultos; IV –

Recomendar, apoiar e, na medida do possível, financiar ações, projetos e programas que tenham por objetivo fomentar a cultura humana brasileira; V – Atuar junto às autoridades, aos estabelecimentos de ensino, às empresas e aos órgãos formadores de opinião pública no sentido de criar uma cultura humanista integral”. A Fundação é detentora dos direitos autorais das obras intelectuais (artísticas, musicais, conferências, material audiovisual e livros publicados) do Professor Antonio Meneghetti. A Fundação atua com projetos sociais para a formação de crianças e jovens da região e incentiva a pesquisa científica, é hoje a maior instituição dentro do Distrito pois tem como missão zelar e perpetuar o legado de Antonio Meneghetti. Se faz assim, parte interessada na preservação do patrimônio arquitetônico, pois este também tem a assinatura de seu patrono.

Alguns estudos já foram feitos por profissionais no que tange a expansão do distrito, conforme apresentado no capítulo 3. A partir destes estudos, ambas as entidades partem de um material que propõe ações e considerações a serem observadas com o crescimento do distrito. Em um primeiro estudo, foram propostas Diretrizes para o Desenvolvimento Urbano (Anexo 6), com o escopo de ordenar e organizar o desenvolvimento do local em termos urbanos, acompanhado de documento que retrata o Regime Urbanístico de Recanto Maestro (Anexo 7), o qual separa o distrito por Zonas, estabelecendo as características de cada uma delas observando: índice de aproveitamento; índice verde; altura específica; critério de medição de altura; afastamentos laterais; afastamento de fundos; taxa de ocupação; recuo para jardins; critérios de ocupação para estacionamentos e padrões de parcelamento.

Também foi feito um plano de expansão para cinquenta anos, demarcando no mapa do Distrito as futuras obras a serem realizadas (anexo).

De posse deste material, cabe à ambas instituições aprofundarem estes estudos, e fazerem valer as observações feitas pelos profissionais no intuito de dar-se continuidade a um crescimento ordenado, com impactos medidos e controlados, garantindo o layout que já existe na paisagem do Distrito.

## 5.1 HISTÓRICO

Recanto Maestro nasce como projeto em 1988 na ocasião em que o Professor Antonio Meneghetti, presidente da Associação Internacional de Ontopsicologia (AIO) e fundador da Escola Ontopsicológica, é convidado por um grupo de estudiosos e cientistas a proferir uma conferência no Brasil. Na oportunidade, se descobre este local que, naquela época, era impossível imaginar o que poderia se tornar (ABO, 2009). A localidade onde hoje se encontra Recanto Maestro era chamada de Sanga das Pedras. “Sanga” em virtude de um pequeno riacho que passa por toda a localidade, e “Pedras”, devido as grandes pedras que caíam das montanhas quando ocorriam chuvas fortes e prolongadas (ABO,2009).

Conforme tratamos no capítulo 2 deste estudo, neste local, na década de 80, ainda encontravam-se alguns moradores que praticavam a agricultura de subsistência nas propriedades, as demais eram compostas por lavouras, pastagens e poteiros para animais. Não havia muitas árvores nos terrenos e a vegetação era rala e rasteira. Por ser o solo de característica arenítica, eram frequentes as erosões em função do manejo do solo sem planejamento. O local era desprovido de energia elétrica e as poucas estradas eram de difícil acesso.

Em entrevista, sr. Jacó Ruver, um dos primeiros moradores do Distrito, conta que a primeira propriedade a ser adquirida foi uma chácara onde é hoje a Pousada Recanto, ali Professor Alecio Vidor - que conheceu o Professor Antonio Meneghetti quando estava fazendo seu doutorado na Europa e foi orientado por ele – começou a fazer as primeiras aulas, ele lecionava em Passo Fundo e montou um grupo de estudos em Ontopsicologia no Brasil. Os alunos vinham movidos pelo interesse na própria formação e contribuía para a organização do local, preparando estruturas que eles mesmos necessitavam pra habitação e estudo. O grupo de estudos iniciado evoluiu para uma entidade que é a Associação Brasileira de Ontopsicologia, fundada em 1985, filiada à Associação Internacional de Ontopsicologia que possui status consultivo especial junto ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC). Em 2007, na sede da ONU em Genebra, o Projeto Ecobiológico Recanto Maestro foi apresentado na Feira Anual Ministerial de Inovação, promovido pelo ECOSOC, das Nações Unidas. O objetivo deste



evento era demonstrar como as Organizações vinculadas ao ECOSOC contribuem para atingir os 8 Objetivos do Milênio propostos pela ONU.

Sr. Jacó lembra que com a vinda do Professor Meneghetti ao Brasil, começaram a intensificar-se as ações de estudo e infra estrutura, as oportunidades em adquirir pouco a pouco as propriedades que ficavam próximas a antiga chácara, começaram a modelar um espaço que recebia cada vez mais pessoas, aumentando o movimento na região.

Não se tratam apenas de ações de reestruturação ou de resgate ecológico e cultural, trata-se de formação de pessoas capazes de se desenvolverem junto com o local, numa dialética evolutiva e em contínuo crescimento (ABO, 2013). Segundo seu idealizador, Recanto Maestro não nasce de um planejamento, mas da solução de algumas circunstâncias, como as torrentes de água quando chovia, e para isso foram feitas pontes, a estrada que foi pavimentada para possibilitar o acesso de carros, as primeiras casas construídas para tornar o local habitável, espaço para alimentação, sala de aula, espaços de encontro. Desta forma iniciaram-se as primeiras aulas, as primeiras conferências, encontrando soluções para o espaço afim de que se pudesse ter uma convivialidade local.

Na Figura 2, tem-se um panorama do território na década de 80, com características de vegetação.

Figura 2: Foto antiga do local, na década de 80, onde atualmente está localizado Recanto Maestro.



Nas Figura 3 e 4 a casa centenária de pedra, existente na antiga chácara, que foi restaurada quando os primeiros estudantes começaram a vir fazer sua formação em Recanto Maestro.

Figura 3: Casa centenária de pedra e os primeiros alunos vindos para os estudos e que participaram da revitalização do local



Fonte: Acervo Documentário 2009

Figura 4: Casa centenária de pedra restaurada



Fonte: Acervo Documentário 2009

Depois da chácara, deu-se a oportunidade de compra da propriedade ao lado, hoje *Recantigno*, “uma área muito grande, com extensão até onde hoje é o atual condomínio”, lembra o arquiteto Luz Bessler. Neste espaço, as casas antigas começaram a ser reformadas, o antigo galpão usado para fogo de chão foi transformado em uma cozinha comunitária e o antigo sobrado utilizado como secretaria, conforme figuras 5, 6, 7 e 8.

Figura 5: Recantigno na década de 90



Fonte: Acervo Recanto Maestro

Figura 6: Recantigno nos dias atuais, estrada pavimentada, entorno arborizado



Fonte: Acervo Recanto Maestro

Figura 7: Recantigno na década de 90



Fonte: Acervo Recanto Maestro

Figura 8: Recantigno dos dias atuais



Fonte: Acervo Recanto Maestro

Na década de 90, já se delineava outro aspecto do local, conforme Figura 9, já havia algumas construções, espaços definidos e melhoramento de estradas.

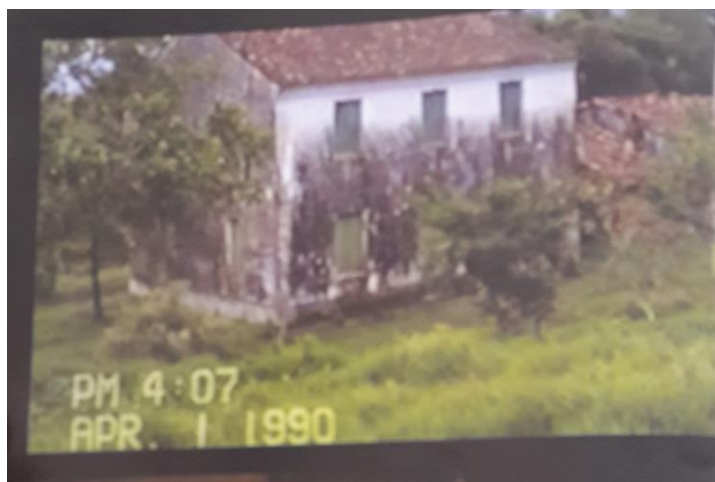
Figura 9: Recanto Maestro década de 90



Fonte: Acervo Recanto Maestro

Com o contínuo crescimento e aumento da frequência de pessoas, as obras então se direcionaram para o amplo espaço verde, denominado Zorial, um espaço de convivência, um espaço para encontros (figuras 10 e 11). Na época não se imaginava, mas foi neste espaço que em 2007 inicia a Faculdade Antonio Meneghetti, com a primeira turma do Curso de Administração.

Figura 10: Casa antiga no espaço hoje denominado Zorial



Fonte: Acervo Recanto Maestro

Figura 11: Casa restaurada no espaço hoje denominado Zorial, no ano de 2007 esta casa foi a primeira sede administrativa da Faculdade Antonio Meneghetti.



Fonte: Acervo Recanto Maestro

Na medida em que essas estruturas são edificadas, vão acontecendo as pavimentações das ruas, instalação de postes de luz, redes telefônicas, escoamento para os terrenos, pontes, organização das estradas e acessos, estruturas civis que servem à toda a comunidade em torno do local. Tudo através da iniciativa privada em colaboração com a administração pública (ABO, 2009). Conforme abordamos no capítulo 2, o poder público esteve desde o início bastante presente auxiliando na organização da infra estrutura.

Sempre decorrente da necessidade de espaço para comportar o grande número de pessoas que vinham fazer sua formação pessoal e profissional em Recanto Maestro, no ano de 2001 é inaugurado o Hotel Capo Zorial (figura 12). Sr. Luiz lembra que quem começou o projeto foi um arquiteto italiano, na época os projetos eram desenhados à mão em folha de papel vegetal, depois de ter o projeto básico, Sr. Luiz e Professor Meneghetti foram fazendo modificações, o projeto foi sendo adequado na medida em que a obra foi acontecendo. Sr. Luiz diz que o Professor tinha a dinâmica de perceber que, quando se estava construindo, talvez algumas coisas precisassem ser modificadas, ou então a necessidade mudava, crescia mais do que o esperado, e quando isso acontecia ia se adequando o projeto, aumentando, modificando, ao ponto em que ele pedia que a cada projeto

sr. Luiz já pensasse em estruturas em que se pudesse construir mais coisas em cima, já deixar prevista uma expansão.

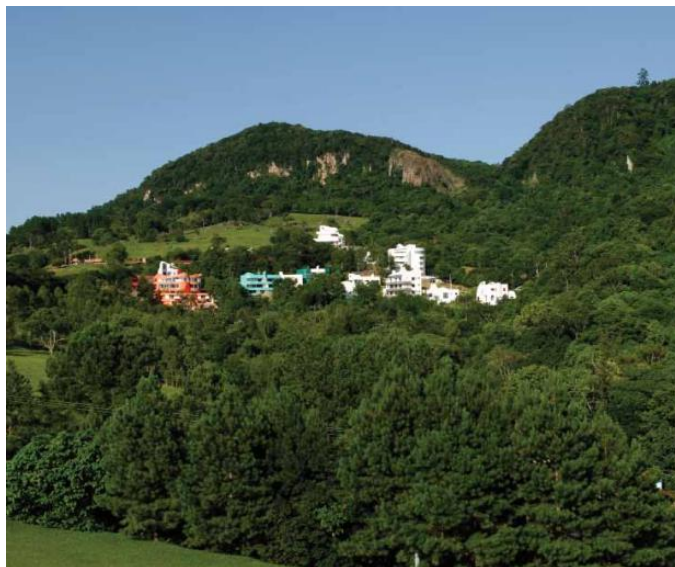
Figura 12: Hotel Capo Zorial



Fonte: Acervo Recanto Maestro

Quando as primeiras residências começaram a ser construídas, e constituírem o que hoje é o Condomínio Residencial (figura 13), teve-se o apoio da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine para avaliação do terreno em função da topografia, delimitação de área verde, preparação dos projetos para loteamento, infra estrutura para rede pluvial, calçamento. Já nesse período, começava-se a se delinear um tipo diferenciado de paisagem, a vegetação com o passar dos anos apresentava-se bastante revigorada e as construções apontavam em meio ao verde formas e cores diferenciadas.

Figura 13: Condomínio Residencial em 2009



Fonte: Acervo Recanto Maestro

## 5.2 ARQUITETURA ONTOARTE

O Recanto Maestro reúne hoje o maior conjunto arquitetônico do Brasil no estilo do movimento OntoArte. Este conjunto arquitetônico possui suas particularidades em formas e cores, que é o que enxergamos a primeira vista, mas a arquitetura OntoArte vai além destes elementos, não é apenas a curva ou o círculo que a caracteriza. Antonio Meneghetti foi o diretor artístico de todo o conjunto arquitetônico do Recanto Maestro, trabalhando auxiliado por uma equipe de arquitetos, profissionais e técnicos formados por essa escola no Brasil.

O vocabulário *arquitetura*, na sua etimologia linguística, é composto por três termos de origem pré-helênica (arché = princípio; ur, raiz do verbo uror = queimar, urgir; tithemi = colocar). O significado original dessa palavra é o seguinte: “*colocar o lugar por como o princípio urge*”. O princípio é a ordem ecológica como percebida pela ordem organísmica ou viscerotônica, a qual, por sua vez, é a direta fenomenologia da ordem psíquica do homem” (MENEGHETTI, 2003, p.255)

Em um trecho de entrevista, o idealizador do Projeto explica a arquitetura do local,

**A arquitetura é um dos aspectos que atrai visitantes ao Recanto. Poderia explicar um pouco sobre ela?**

**A.M.-** A arquitetura que nasceu aqui faz parte de um desenho típico de convívio agradável com o lugar, a natureza. Todas as obras pequenas ou grandes tem um conceito base: a transparência. Essencialmente, quando

o homem está em sua casa, o faz em total integração com a natureza em torno. As janelas, as portas, as posições são sempre ligadas de modo tal que a natureza se torna mais nobre entrando na casa do homem.

A OntoArte<sup>9</sup> é uma corrente artística que nasceu também na década de 1970 na Itália, fundada por Antonio Meneghetti<sup>10</sup>. O critério que norteia esta ação é que o ambiente, seja individual ou coletivo, deva reforçar a identidade original do indivíduo. Deste modo, em contato com este ambiente, a pessoa identifica-se e gera a ação criativa, ampliando sua capacidade produtiva no meio social em que atua.

A arquitetura do Recanto Maestro foi apresentada em Istambul (Turquia), em 2005, durante o XXII Congresso Mondiale di Architettura – que tinha como tema “Cities: Grand Bazaar Architectures”. O projeto dos prédios e casas é sempre pensado para existir em harmonia com a natureza do local, pois a arquitetura é um novo ser que vai fazer parte da natureza e a natureza é uma dinâmica em equilíbrio (figura 14). A harmonia deve se dar também em relação ao homem, pois esta é uma extensão do próprio corpo, deve ser projetada de acordo com aquilo que aquela pessoa é, e é exclusivo em cada um.

A arquitetura em função do homem é uma projeção da arquitetura do corpo, portanto, é uma ocasião da arquitetura do desenho da vida. Para poder projetar o próprio ambiente de modo eficiente, funcional, bonito, sadio, repousador e confortável, o homem deve ser um conhecedor da arquitetura ecológica (MENEGETTI, 2006, p. 40)

---

<sup>9</sup> Consiste em um “movimento de pensamento que identifica todas as manifestações artísticas que se motivam sempre da intencionalidade ontológica humanista” (MENEGETTI, 2003).

<sup>10</sup> Desenvolveu a OntoArte a partir dos princípios da Ontopsicologia.



Figura 14: Hotel Capo Zorial



Fonte: Anuário Recanto Maestro 2017

No Recanto Maestro, alguns dos primeiros exemplos de arquitetura se deram nas edificações construídas para receber eventos, cursos palestras e hóspedes interessados em desfrutar desse local. Conforme figuras 15 a 20.

Figura 15: Detalhes da arquitetura dos prédios, Hotel Business Center Beira Rio



Fonte: Acervo Recanto Maestro

Figura 16: Detalhes da arquitetura dos prédios. Sede atual da Faculdade Antonio Meneghetti



Fonte: Acervo Recanto Maestro

Figura 17: Detalhes da arquitetura dos prédios. Residência particular



Fonte: Acervo Recanto Maestro

Figura 18: Detalhes da arquitetura dos prédios. Associação OntoArte



Fonte: Acervo Recanto Maestro

Figura 19: Detalhes da arquitetura dos prédios. Associação OntoArte



Fonte: Acervo Recanto Maestro

Figura 20: Detalhes da arquitetura dos prédios



Fonte: Acervo Recanto Maestro

O conceito de OntoArte na arquitetura, remete a espaços projetados para a função que vão exercer e para as pessoas que ali habitarão ou frequentarão, se moradias, se prédios sociais, se espaços de estudo. Ter o conceito de OntoArte na

arquitetura significa que aquele espaço emana vitalidade para quem ali habita ou frequenta. Tudo isso devido ao posicionamento correto junto ao ambiente em que está localizado e pela função que irá exercer para as pessoas que irão frequentar. O princípio de posicionamento pelos pontos cardeais vem da cultura etrusca, há uma harmonia geral entre a construção, o ambiente onde foi edificada, e a proporção com as pessoas que aí entram. Como exemplo deste ordenamento do espaço, podemos citar as pequenas igrejas de cidades da Itália, conforme descreve Carol Miranda<sup>11</sup>,

A igreja de São Francisco de Assis, em frente à igreja da Santa Clara, é uma arquitetura romântica, simples até, mas acolhedora. Os afrescos de Giotto na parede, a abertura de luz, a altura do teto, tudo isso converte para um ambiente do fiel que vai ali orar.

Em contraposição, a catedral de Milão não passa o mesmo sentimento. Por ter arquitetura gótica, é imponente e foi construída na Idade Média e naquele período a arquitetura era feita para demonstrar que o divino estava fora do alcance das pessoas.

Diz assim que, quando uma arquitetura é elaborada com o conceito de vitalidade, ela leva o conceito de Ontorte consigo. Sobre as formas arquitetônicas das construções no Recanto Maestro, estas são uma assinatura do artista Antonio Meneghetti, são peculiares à eles. Os círculos, os formatos de bicos de pássaros, as ondulações das montanhas, no caso do círculo, vêm da pintura, dentro dos estilos de pintura do Professor Meneghetti, um dos quadros que ele criou e reproduziu muitas vezes é o ponto e linha, o círculo poderia representar a individuação, poderia ser interpretado como sol e a linha poderia ser o mar, a existência, o horizonte. Isso faz com que a arquitetura seja uma continuidade da natureza, e esteja em harmonia com as formas do ambiente em que está inserido. Deve ser uma arquitetura que dê um bem estar quando se está presente ali, não pode ser incisiva, tem que ter uma tranquilidade, o organismo humano quando está dentro daquela arquitetura ele está confortável.

---

<sup>11</sup> Publicitária, Mestre em Educação e Artes, trabalhou e estudou OntoArte por 10 anos junto ao Professor Antonio Meneghetti

Quando falamos em arquitetura viva, consideramos um espaço que corrobora, potencia o sujeito que ali vive ou trabalha” – relata Campus – Existem espaços em que você entra e não tem vontade de fazer nada. Tomando o exemplo de igrejas (porém o raciocínio é o mesmo para praças, habitações etc.) quando você entra em algumas construções standard, se sente pequeno, inferior, perdido. Na Capela Sistina, por outro lado, a arte é utilizada para a potencialização máxima da função homem como sentido metafísico. Qualquer pessoa que entra ali entra respira a arte, respira a finalidade, sente o homem como protagonista histórico”. (Campus apud Performance Líder p. 64).

Neste sentido, a arquitetura OntoArte conduz uma cultura do homem universal, daquilo que é a essência do humano. Baseado nisso, envolve muitos particulares, tornando-se peculiar, e por isso, pode ser considerada Paisagem Cultural (figuras 21 a 23).

Figura 21: Detalhes de residências



Fonte: Acervo Recanto Maestro

Figura 22: Arquitetura dos Prédios



Fonte: Acervo Recanto Maestro

Figura 23: Imagem aérea Recanto Maestro 2012



Fonte: Acervo Recanto Maestro

## 6 CONCLUSÃO

O presente trabalho apresentou uma possível proposta para Chancela Paisagem Cultural para o Centro Internacional de Arte e Cultura Humanista Recanto Maestro. Contemplou-se o objetivo principal deste trabalho ao reunir informações que nos auxiliassem a construir um processo ainda não totalmente formalizado pelo Iphan no que tange documentações e processos necessários bem definidos para a candidatura. Neste trabalho procuramos fazer a elaboração deste processo dentro do entendimento que obtivemos das diversas pesquisas sobre o modelo de proposta para candidatura e também estudando outras localidades que também encontravam-se neste processo. Deste percurso, criamos um modelo de documentações e informações que consideramos ser relevantes para este processo, e fizemos a apresentação e explicação no decorrer do trabalho. A chancela Paisagem Cultural passou a ser um instrumento de preservação que compõe uma nova categoria do patrimônio cultural, a partir do que dispõe a Portaria Iphan 127/2009.

Conforme artigo 1º da referida portaria, será considerada Paisagem Cultural Brasileira “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”. Em nosso estudo de caso, do recorte territorial necessário para a chancela, definimos o Distrito Recanto Maestro como sendo ‘uma porção peculiar do território’ a ser estudada. A chancela é um instrumento criado pelo Iphan para proteção patrimonial, é um instrumento que qualifica uma localidade, que dá certificação, que reconhece a localidade como parte da identidade cultural brasileira.

Para compreensão das peculiaridades que diferenciam e particularizam o Distrito Recanto Maestro para que possa ser passível de chancela, elaboramos um detalhamento explicativo do patrimônio arquitetônico inserido em meio ao ambiente natural. A escolha pela ferramenta Paisagem Cultural, e não pelo Tombamento, se dá pelo fato de que não são apenas fatores materiais que compõe o cenário a ser chancelado, nem tão pouco apenas fatores naturais, mas sim as singularidades

materiais, sua relação com a natureza e ao caráter dinâmico do convívio com o elemento humano (IPHAN, 2011, p.3).

Nosso trabalho utilizou como metodologia a pesquisa qualitativa e o estudo de caso, no qual fizemos um resgate histórico do início do Centro Internacional de Arte e Cultura Humanista Recanto Maestro, apresentando seu desenvolvimento e evidenciando seu potencial turístico cultural. Ainda que não se tenha, por parte do Iphan, instituído mecanismos ou definições detalhadas sobre a aplicação da chancela, nos baseamos em estudos feitos pelo mesmo em outras porções do território a serem chanceladas, e também no Manual do Patrimônio Mundial elaborado pela Unesco, para podermos elaborar um dossiê de apresentação de nossa proposta, buscando descrever o processo de chancela e definições de elementos básicos para a instrução da mesma.

Importante ressaltar, que a chancela é regida por um pacto de gestão que envolve agentes interessados na preservação desta porção do território, esse pacto pode envolver poder público, sociedade civil e iniciativa privada. São estes agentes que farão a gestão compartilhada e irão gerir o plano de gestão a curto médio e longo prazo para que sejam respeitadas as normativas definidas pelos mesmos no que tange a preservação do patrimônio e o plano de expansão do território. Identificamos em nosso trabalho que este papel cabe à Associação de Moradores Recanto Maestro, em parceria com a Fundação Antonio Meneghetti, em que ambas já possuem intenções e ações iniciadas neste âmbito, fazendo-se necessário a formalização das atribuições de cada uma das instituições co-responsáveis dentro de um plano de gestão compartilhado.

Valorizar o patrimônio cultural pode ser uma forma de reforçar a identidade local, e o turismo assim atuando como um catalisador e promotor de um movimento dinâmico para o desenvolvimento local. A chancela de Paisagem Cultural pode reforçar ou promover ainda mais o desenvolvimento turístico do Recanto Maestro, assim como da Região da Quarta Colônia, e atuar como uma ferramenta de organização e implementação de políticas que salvaguardem o patrimônio no decorrer dos anos. Essa dissertação serve também de exemplo e estímulo para que outras localidades na região da Quarta Colônia de Imigração possam fazer a solicitação da chancela, visto que também existem outros espaços que podem ser qualificados como paisagem cultural nessa região.



Este trabalho contempla não apenas uma proposta de reconhecimento do Distrito Recanto Maestro como parte da identidade patrimonial cultural brasileira, mas neste trabalho, além de preservação patrimonial, discutimos questões e apresentamos soluções de organização urbana, de capacidade de expansão territorial sem comprometer o meio ambiente. Estes dados que poderão servir para que a gestão do Distrito sirva-se destas informações para elaborar o planejamento e as regras necessárias para organização urbana, para que se possa também estabelecer as regras para novas construções, modificações de obras já existentes, delimitações de territórios para novas construções. Recanto Maestro crescerá muito, obras e número de habitantes aumentarão, sendo assim, faz-se necessário neste momento que tais providências sejam tomadas para que não se perca a essência colocada neste projeto, quando da sua criação há 29 anos: formação, educação, cultura e empreendedorismo. Além disso, acredita-se que a busca pela chancela se faz importante para o projeto Recanto Maestro, primeiramente para a preservação do maior conjunto arquitetônico no estilo OntoArte no Brasil, e segundo para que se ordene o crescimento urbano tendo em vista que novos empreendimentos, assim como o turismo passam a ser uma realidade que já não pode mais ser desconsiderada.

Para fins de continuidade do estudo, recomenda-se que seja elaborado um inventário arquitetônico, para integrar o dossiê apresentado como produto da elaboração deste trabalho.

## REFERÊNCIAS

ABO. **De um lugar abandonado à...Recanto Maestro**: Projeto Internacional de Arte e Cultura Humanista. Lei de Incentivo à Cultural – Ministério da Cultura. 2009.

ABO. **Recanto Maestro 25 Anos: Centro Internacional de Arte e Cultural humanista – 1988 – 2013**. Recanto Maestro-Restinga Seca: Ontopsicológica Editora Universitária, 2013.

BRASIL, **Constituição (1998)**. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

GIRON,L.S., HERÉDIA,V. **História da imigração italiana no Rio Grande do Sul** – Porto Alegre: EST, 2007.

GODOI, C.K., MELLO, R.B., SILVA, A.B., **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.

IPHAN, **Reflexões sobre a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira**. Coordenação de Paisagem Cultural. Brasília, 2011.

IPHAN. **Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro à Lista de Patrimônio da Humanidade**. *Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a Montanha e o Mar*. 2012.

IPHAN. **Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira**. Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009.

IPHAN. **Patrimônio Mundial: Fundamentos para seu reconhecimento** - A convenção sobre proteção do patrimônio mundial, cultural e natural de 1972: para o saber essencial. Brasília, DF: Iphan, 2008.

JORNAL RECANTO MAESTRO. **Recanto Maestro: Um Projeto Desenvolvido para o Brasil e para o Mundo**. Pallotti..v5. 8ed. 2012.

LAKATOS,E.V., MARCONI, M.A. **Metodologia do Trabalho Científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. – 4 ed. – São Paulo: Atlas, 1992.

LEMOS, Leandro Antônio de. **Os sete mitos do turismo**: a busca de alguns conceitos fundamentais. In: GASTAL, S. (org). Turismo: 9 propostas para um saber fazer. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

MANGILI, P.Lisiane. **As Ressignificações da paisagem Cultural em Lençóis (BA)Lençóis**. 3º Colóquio Íbero Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Belo Horizonte. 2014

- MARIN, J.R., **Quarta Colônia Novos Olhares** - Porto Alegre: Edições EST, 1999.
- MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. – 3.ed. – Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MENEGHETTI, A. **A cozinha viva: ecobiologia holística**. Recanto Maestro: Ontopsicologica Ed., 2006.
- MENEGHETTI, A. **Dicionário de Ontopsicologia**. 2ed. rev. Atual. Recanto Maestro. Ontopsicológica Editora Universitária. 2012.
- MENEGHETTI, A. **OntoArte: o Em Si da Arte**. Florianópolis: Ontopsicológica Editrice. 2003.
- MENEGHETTI, Antonio. **A riqueza como Arte do Ser**. Recanto Maestro. Fundação Antonio Meneghetti, 2017.
- MENEGHETTI, Antonio. **Antonio Meneghetti sobre...Projeto Terra**. São João do Polêsine, RS: Fundação Antonio Meneghetti, 2017.
- MOLINA.E.S, RODRIGUES.A. **Planejamento Integral do Turismo: um enfoque para a América Latina**. São Paulo: EDUSC, 2001.
- RECANTO MAESTRO: **Centro de Arte e Cultura Humanista**. Recanto Maestro – São João do Polêsine: Fundação Antonio Meneghetti, 2016.
- REVISTA. **Performance Líder**. 4 ed. janeiro 2010
- RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC,2007.
- RIGUI,J.V., BISOGNIN, E.L., TORRI, V. **Povoadores da Quarta Colônia** – Porto Alegre: Est Edições, 2001.
- RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus.4 ed. 2001.
- SAAD, Denise de Souza. **Quarta Colônia de Imigração Italiana, uma Paisagem Cultural no Planalto Central do Rio Grande do Sul**. 2º Colóquio Ibero-Americano – Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Belo Horizonte. 2012
- SCHUTEL, Soraia. **Ontopsicologia e Formação de Pessoas na Gestão Sustentável do Centro Internacional de Arte e Cultura Humanista Recanto Maestro/RS**. 2010. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS,2010.
- SOUZA, N. I.; MONTENEGRO, A. C. V.; SCHUTEL, S. **Ecobiologia e sustentabilidade**. In: XII CONGRESSO DA ARIC, 2009, Florianópolis.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo. Atlas. 1987.

WEISSMEIER, Maria Regina. A chancela da paisagem cultural: uma estratégia para o futuro. Edição 62. Ano 7. 2010.- [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1102:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1102:catid=28&Itemid=23) acesso em 13 de fevereiro de 2017.

WEISSMEIER, Maria Regina. **Paisagem Cultural Brasileira: do Conceito à Prática**. Fórum Patrimônio. V.5, n.2,2012 artigo

## **ANEXO 1 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

**Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

**§ 1º** O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

**§ 2º** Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

**§ 3º** A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

**§ 4º** Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

**§ 5º** Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

## **ANEXO 2 PORTARIA Nº. 127, DE 30 DE ABRIL DE 2009.**

*Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.*

CONSIDERANDO, a necessidade de ações e iniciativas administrativas e institucionais de preservação de contextos culturais complexos, que abranjam porções do território nacional e destaquem-se pela interação peculiar do homem com o meio natural;

CONSIDERANDO, que o reconhecimento das paisagens culturais é mundialmente praticado com a finalidade de preservação do patrimônio e que sua adoção insere o Brasil entre as nações que protegem institucionalmente o conjunto de fatores que compõem as paisagens;

CONSIDERANDO, que a chancela da Paisagem Cultural Brasileira estimula e valoriza a motivação da ação humana que cria e que expressa o patrimônio cultural;

CONSIDERANDO, que a chancela da Paisagem Cultural Brasileira valoriza a relação harmônica com a natureza, estimulando a dimensão afetiva com o território e tendo como premissa a qualidade de vida da população;

CONSIDERANDO, que os instrumentos legais vigentes que tratam do patrimônio cultural e natural, tomados individualmente, não contemplam integralmente o conjunto de fatores implícitos nas paisagens culturais;

RESOLVE, estabelecer a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, aplicável a porções do território nacional.

### I - Da definição

Art. 1º. Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.

### II - Da finalidade

Art. 2º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira tem por finalidade atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes, nos termos preconizados na Constituição Federal.

### III - Da eficácia

Art. 3º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira considera o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica, convive com as transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis e valoriza a motivação responsável pela preservação do patrimônio.

#### IV – Do pacto e da gestão

Art. 4º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira implica no estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando a gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida.

Art. 5º. O pacto convencionado para proteção da Paisagem Cultural Brasileira chancelada poderá ser integrado de Plano de Gestão a ser acordado entre as diversas entidades, órgãos e agentes públicos e privados envolvidos, o qual será acompanhado pelo Iphan.

Brasília – DF, 30 de abril de 2009.

Luiz Fernando de Almeida

Presidente do Instituto de Patrimônio Artístico e Histórico Nacional – Iphan

## ANEXO 3 CARTA DE BAGÉ.

### **Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural**

Artigo 1 – A definição de paisagem cultural brasileira fundamenta-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1980, segundo a qual *o patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e*

*demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico;*

Artigo 2 – A paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todas os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais;

Artigo 2 – A paisagem cultural é um bem cultural, o mais amplo, completo e abrangente de todos, que pode apresentar todos os bens indicados pela Constituição, sendo o resultado de múltiplas e diferentes formas de apropriação, uso e transformação do homem sobre o meio natural.

Artigo 3 – A paisagem cultural é, por isto, objeto das mesmas operações de intervenção e preservação que recaem sobre todos os bens culturais. Operações como as de identificação, proteção, inventário, registro, documentação, manutenção, conservação, restauração, recuperação, renovação, revitalização, restituição, valorização, divulgação, administração, uso, planejamento e outros;

Artigo 4 – A preservação da paisagem cultural brasileira deve ser reconhecida mediante certificação concedida pelos órgãos de patrimônio cultural e aprovada por seus conselhos consultivos, de forma conjunta com outros órgãos públicos, organismos internacionais, organizações não governamentais e a sociedade civil, sob a forma de um termo de compromisso e de cooperação para gestão compartilhada de sítios de significado cultural;

Artigo 5 – Tal certificado deve ter valor de proteção legal, por incluir toda a legislação incidente sobre cada paisagem declarada como paisagem cultural e por envolver todos os órgãos públicos que sobre ela detenham responsabilidade e dos quais será exigido rigoroso cumprimento de suas atribuições;

Artigo 6 – Será implantado um sistema de avaliação da qualidade da paisagem que monitore todas as fases de modificação ou evolução da paisagem por meio de procedimentos, normas e critérios, assegurando que produtos não conformes aos requisitos especificados sejam impedidos de serem certificados;

Artigo 7 – Cada paisagem receberá um selo de chancela de sua qualidade, sendo designados órgãos responsáveis pelo patrimônio cultural que, conjuntamente com Prefeituras, Estados e a União, a depender de cada caso e as comunidades residentes em sua abrangência territorial, serão responsáveis por coordenar e controlar o sistema da qualidade, que deve ser documentado na forma de um manual e implementado, considerando as formas de uso e ocupação existentes;



Artigo 8 – Deverão ser adotados procedimentos para garantir assistência a usuários da paisagem como turistas e visitantes, bem como a assegurar às populações que nela existam de forma equilibrada, condições de sustentabilidade, oferecendo alternativas econômicas para novas ou tradicionais formas de utilização dos recursos econômicos e dos modos de produção;

Artigo 9 – Sem o cumprimento desses procedimentos, o certificado, emitido por um órgão de patrimônio cultural, poderá ser cancelado;

Artigo 10 – A paisagem cultural inclui, dentre outros, sítios de valor histórico, pré-histórico, étnico, geológico, paleontológico, científico, artístico, literário, mítico, esotérico, legendário, industrial, simbólico, pareidólico, turístico, econômico, religioso, de migração e de fronteira, bem como áreas contíguas, envoltórias ou associadas a um meio urbano;

Artigo 11 – A paisagem cultural deve contar com a participação deliberativa das comunidades residentes em sua abrangência territorial . Não deve discriminar espécies nativas ou exóticas usadas como matéria prima na formação cultural;

Artigo 12 – Um conselho local, constituído pelo órgão de patrimônio cultural e por representantes de órgãos públicos, organizações da sociedade civil, proprietários de terras e populações tradicionais residentes cuidará da paisagem cultural que deverá ser tratado e divulgada como exemplo de respeito à natureza, ao meio ambiente, à cultura, à obra do homem e aos seres humanos, incluindo nossos antepassados e nossos sucessores, induzindo a todos a uma nova postura de respeito e amor onímodo.



**IPHAN**  
Instituto do Patrimônio Histórico e  
Artístico Nacional

Seminário "Semana do Patrimônio – Cultura e Memória na Fronteira", Governo de Bagé, Secretaria Municipal de Cultura de Bagé, Ministério da Cultura – MinC, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul – IPHAE, Universidade Regional da Campanha – URCAMP, Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, Bagé, 18 de agosto de 2007.

## ANEXO 4 - DOCUMENTO DE INSTITUIÇÃO DO COMITÊ ARQUITETÔNICO, ESTÉTICO RECANTO MAESTRO

São João do Polesine, 30 de setembro de 2014.

Excelentíssima Sra. Valserina Maria Bulegon Gassen  
Prefeita Municipal de São João do Polesine.

Vimos por meio dessa comunicar ao poder público a instalação do “**Comitê Arquitetônico, Estético Recanto Maestro**”, instituído pela Associação de Moradores do **Centro Internacional de Arte e Cultura Humanista Recanto Maestro**. Este Comitê tem como objetivo preservar – resguardando e respeitando – a integridade das obras arquitetônicas do Recanto Maestro, legado artístico e autoral de Antonio Meneghetti. O legado artístico e humanista de Antonio Meneghetti tem em sua originalidade uma concepção de homem e de arquitetura que remetem à Arquitetura Orgânica de grande Vitruvius e de Plínio, o Velho.

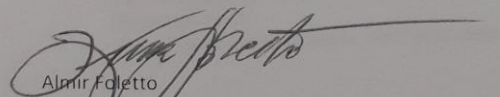
Recanto Maestro é uma referencia Internacional, que inspira a concepção arquitetônica de diversos centros de arte e cultura humanista no mundo. Por ocasião do encontro de Antonio Meneghetti com o grande Arquiteto Oscar Niemayer, este referiu que “a arquitetura de Antonio Meneghetti era um sonho também para ele – Niemayer – e que sua inteligência se tranquilizava bastando saber que o Professor Meneghetti existia”.

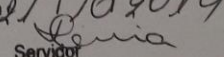
Ainda, para salientar nossa preocupação em manter as características das obras arquitetônicas, referimos que, em 2005, Recanto Maestro recebeu o premio Internacional de Arquitetura em Istambul, levando o nome dos municípios aos quais pertence.

Considerando o já exposto, a Associação de Moradores do Distrito Recanto Maestro solicita que os novos projetos de construção civil, a serem aprovados pelo município no distrito Recanto Maestro, sejam encaminhados para avaliação do “**Comitê Arquitetônico e Estético Recanto Maestro**”.

Sem mais, nos colocamos à inteira disposição e reiteramos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
Almir Foletto  
Presidente da Associação de Moradores do Distrito  
Recanto Maestro.  
[www.recantomaestro.com.br](http://www.recantomaestro.com.br) / (55) 9616-6060

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO POLESINE  
Protocolo 0341/14  
recebido na data infra, este documento.  
Em 11/10/2014  
  
Servidor

## ANEXO 5 - INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO AOS MORADORES

Recanto Maestro, 28 de Setembro 2014.

A arquitetura OntoArte era uma das manifestações artísticas mais estimadas por Antonio Meneghetti, fundador deste movimento arquitetônico. Em diversas ocasiões, ele afirmou que o Recanto Maestro reunia em um só local, o maior exemplo de estética e arquitetura OntoArte do mundo, bem como, um modelo deste princípio que respeita e reforça o ecossistema natural de cada lugar e sua relação com o ser humano.

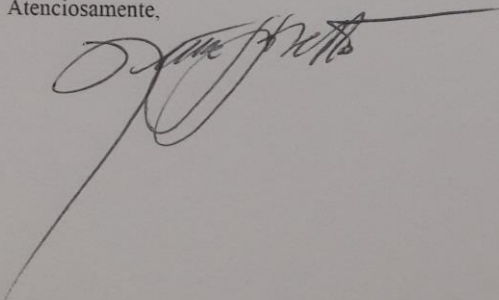
No intuito de resguardar, respeitar e preservar as obras arquitetônicas do Recanto Maestro, bem como o legado artístico e autoral de Antonio Meneghetti no Brasil, convidamos você, morador e moradora, para participar deste novo projeto em conjunto com a Associação de Moradores.

Para toda e qualquer alteração de fachada de residências e prédios comerciais (reformas, pinturas, entre outros), solicitamos que nos contatem para auxiliarmos e orientarmos nas alterações, as quais organizaremos através de pedidos de alteração, visando respeitar e preservar a identidade da obra arquitetônica, a qual conserva os direitos autorais do artista Meneghetti.

As alterações propostas serão apresentadas e avaliadas por um comitê de especialistas em OntoArte, Arquitetura OntoArte e Direitos Autorais, para auxiliar cada morador na realização de pinturas e/ou aprimoramentos de fachadas, com a maior agilidade possível, de acordo com a legislação vigente e, principalmente, visando preservar os direitos autorais e a obra de Antonio Meneghetti.

Ficamos à inteira disposição para quaisquer dúvida ou sugestões.

Atenciosamente,



## **ANEXO 6 DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO RECANTO MAESTRO-RS**

O estudo apresentado a seguir, foi realizado pela Associação de Moradores do Recanto Maestro (AMRM), localizado nos municípios de São João do Polêsine, do qual constitui distrito urbano, e Restinga Seca. Nele se encontra um conjunto de diretrizes traçadas com o escopo de ordenar e organizar o desenvolvimento do local em termos urbanos.

Tendo em vista o acelerado crescimento urbano e econômico do Recanto Maestro, estas diretrizes foram elaboradas em conjunto com a AMRM, tendo sido aprovadas em Assembleia. Intencionam possibilitar aos moradores, atuais e futuros, o conhecimento necessário para que o desenvolvimento local ocorra de maneira harmoniosa e evolutiva, entre todos e também na relação com o ambiente.

Os documentos que compõem estas diretrizes deverão ser anexados aos planos diretores dos municípios de São João do Polêsine e Restinga Seca, para que passem a vigorar contemporaneamente a estes.

As Diretrizes para Desenvolvimento Urbano são compostas por: 1) Memorial Descritivo; 2) Mapa de zoneamento de regimes urbanísticos e atividades; 3) Tabela de descrição de regimes urbanísticos; 4) Mapa com disposição de equipamentos e hierarquia viária; 5) Gabaritos de vias

É fundamental observar que as diretrizes presentes neste documento foram elaboradas com base no estado atual do distrito e na visão contemporânea que a sociedade interessada possui de seu desenvolvimento. Portanto, grande parte do traçado viário e da ocupação urbana propostos, assim como a presença de equipamentos inexistentes até a data de elaboração do estudo, constituem uma indicação de como direcionar tal evolução. Naturalmente, quando da realização de tais passos, deverão ser analisados todos os fatores convenientes à situação futura. Ainda deve-se ressaltar que o traçado viário proposto é também sugestivo, baseado nas sugestões do terreno e foram dispostos com a intenção de serem diretrizes de acessibilidade e crescimento. Quando da sua implantação real, deverão ser feitos estudos por profissionais qualificados a fim de garantir o correto traçado frente às dificuldades de relevo e à eficiência urbanística e econômica.

Recanto Maestro, XX de setembro de 2013

### **Memorial Descritivo:**

Tendo em vista o planejamento do desenvolvimento do Recanto Maestro, foi elaborado o presente estudo com a intenção de que constitua um pacto sócio territorial entre a comunidade interessada, liderada pela AMRM, e poder público.

Como pilar para a concepção das diretrizes apresentadas, foi observada a relação do ambiente construído com o ambiente natural, já presente desde o princípio do desenvolvimento do Recanto Maestro. Assim, parte-se do princípio de direcionar o desenvolvimento urbano de forma a criar um diálogo harmônico com a natureza que o precede.

Ao mesmo tempo, pretende-se que o ambiente urbano criado seja o mais democrático possível, permitindo que os usos que abrigue sejam complementares entre si, enriquecendo o convívio e a interação entre os membros da comunidade. Para tanto, buscou-se a concentração dos principais equipamentos e vias em um perímetro bem definido, facilitando uma certa densidade que promova o fácil acesso destes a toda a população. Na mesma direção, as zonas criadas são, quanto ao uso do solo, mistas, evitando o isolamento e restrição funcional que poderia prejudicar ou impossibilitar o pleno e livre desenvolvimento do ambiente por parte de seus cidadãos.

Quanto ao zoneamento dos regimes urbanísticos e uso do solo, foram criadas as seguintes áreas:

- **Zona Mista 01:** é a zona localizada imediatamente junto do acesso principal ao Recanto Maestro, conectando o principal conjunto de construções à rodovia de acesso regional. Esta zona, por sua localização, permite os usos residencial, comercial e de industrial leve. Ali serão dispostas diretrizes de regime que permitam o bom uso das potencialidades dos terrenos como catalisadores de desenvolvimento, como a liberdade para o crescimento vertical das edificações.

- **Zona Mista 02:** é a zona localizada junto à rodovia de acesso regional. Por sua localização afastada do núcleo de construções residenciais, e fácil acesso de veículos de carga, esta zona permite os usos comercial e industrial. Pretende-se que esta região concentre as indústrias a serem instaladas, evitando o trânsito pesado dentro do núcleo urbano e favorecendo o desenvolvimento econômico.

- **Zona Mista 03:** é a zona localizada próximo a encosta do morro localizado a oeste do núcleo urbano. Por sua localização e peculiaridade do terreno, caracterizado por grandes declividades, esta área permite os usos residencial e de serviços. Nesta zona, o tamanho mínimo de lote é maior, e a taxa de ocupação menor, de forma a ser resguardada a parcela de solo permeável necessária ao bom escoamento da água das chuvas e córregos, evitando deslizamentos e erosão.

- **Zona Mista 04:** é a zona localizada nas áreas de menor altitude e declividade do distrito, imediatamente localizadas a norte e a sul do acesso principal. Pela sua localização e topografia, esta zona permite os usos residencial, comercial, serviços e indústrias leves. Nesta área, os lotes mínimos serão menores, e as taxas de ocupação maiores, permitindo a criação de parcelas e edificações de custo mais acessível em área com menor risco ambiental.

- **Zona Especial:** é a zona que compreende os espaços que possuam especial interesse para a comunidade quanto à sua ocupação. Estas áreas serão destinadas preferencialmente a equipamentos institucionais, culturais e educativos. Os projetos a serem implantados nesta zona deverão ser analisados por comissão competente, formada por representantes da Associação de Moradores e do poder público, bem como técnicos indicados pelos dois órgãos citados. Não estão, portanto, estas áreas reguladas por regime urbanístico específico.

- **Áreas de Proteção Permanente:** essas áreas devem ter suas características naturais preservadas, uma vez que a retirada da vegetação natural para implantação das diferentes atividades acaba por intensificar os processos erosivos e de escorregamentos, dando origem a assoreamentos dos corpos d'água com graves prejuízos ambientais. Além disso, são importantes na proteção da fauna, servindo como corredores e abrigo para diversas espécies, auxiliando também na manutenção da qualidade e da quantidade da água.

Quanto ao traçado viário, este foi elaborado seguindo duas diretrizes principais: respeitar a topografia e privilegiar o pedestre. Dada a natureza da topografia do Recanto Maestro, com áreas de grande declividade, as vias deverão buscar a situação ideal de implantação, evitando grandes cortes no terreno de modo a reduzir custos e riscos de deslizamento. O traçado deverá ser sinuoso, tendo tal desenho a vantagem adicional de incentivar baixas velocidades dos automóveis. Assim, evita-se a velocidade excessiva próximo do núcleo urbano, tornando a rua um local aprazível e seguro para o pedestre. Ainda nesta linha, as vias deverão possuir apenas duas faixas de tráfego, uma para cada mão. Não serão previstas faixas duplas nas vias do Recanto Maestro, para evitar o excesso de velocidade e a criação de um alto fluxo de automóveis e seus consequentes gargalos na união com vias de menor porte. Foram previstos dois tipos de via:

- **Vias Principais:** serão as principais vias de acesso ao distrito, ligando o núcleo urbano à rodovia. Estas vias concentrarão o maior tráfego e serão ladeadas por edificações de maior porte e atratividade. Por isso, são as vias de maior caixa, onde serão previstas calçadas mais generosas de forma a criar um ambiente agradável junto aos edifícios mais altos. Também será prevista uma ciclovia com separação de tráfego em relação à pista de rolagem.

- **Vias Médias:** são as vias que derivam das principais, mas não possuem o mesmo fluxo e a mesma ocupação por edificações de grande porte. São estas vias as

responsáveis por conectar as diferentes áreas do Recanto Maestro às vias principais. Por isso, possuem caixa menor, com calçadas mais estreitas e ciclovia sem a necessidade de um elemento separador de tráfego em relação à pista de rolagem.

- **Vias Locais:** são as vias de acesso aos lotes e propriedades. Estas vias são as menores do sistema viário, com baixo tráfego. Pela sua natureza, terão a obrigatoriedade de calçadas somente em um dos lados, e não possui a necessidade de uma ciclovia demarcada, pois a baixa velocidade dos automóveis permitirá o convívio agradável com os ciclistas.

## ANEXO 7 DESCRIÇÃO DO REGIME URBANÍSTICO RECANTO MAESTRO-RS

<b>MACROZONA</b>	Recanto Maestro	<b>ZONA</b>	Área de Proteção Permanente - APP
------------------	-----------------	-------------	-----------------------------------

<b>Caracterização da zona:</b>	área comumente conhecida como de preservação permanente e assim determinada por legislação federal e estadual (30 metros ao longo de cursos d'água de menor porte), permite certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais*.
--------------------------------	---

REGIME URBANÍSTICO			
<b>Índice de Aproveitamento</b>	0,2	<b>Taxa de Ocupação</b>	0,4
<b>Índice Verde</b>	0,2	<b>Recuo para jardim (metros)</b>	4
<b>Altura específica (número de pavimentos)</b>	2	<b>Altura específica (metros)</b>	6
<b>Critério de medição da altura</b>	PARÂMETRO SUPERIOR – laje de forro do último pavimento ocupado; PARÂMETRO INFERIOR – cota da soleira de acesso ao prédio.		
<b>Afastamentos laterais</b>	3	<b>Afastamento de fundos</b>	4
<b>Não serão computáveis, no cálculo de aproveitamento, em prédios multifamiliares, as áreas:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. As rampas de acesso aos pavimentos de garagens;</li> <li>2. Os acessos aos pavimentos de garagem, circulações, escadas e elevadores de todos os pavimentos, as casas de máquinas, depósitos condominiais, reservatórios, cisternas,, central de gás e outras áreas de uso comum exigidas por lei, até o limite de 30% das áreas privativas do prédio;</li> <li>3. A área de estacionamento construída até o limite de um box, com sua área de uso comum, correspondendo a um limite máximo de 25,00m², por unidade residencial de até 100,00 m² de área privativa;</li> <li>4. A área de estacionamento construída, até o limite de dois boxes, com sua área de uso comum, correspondendo a um limite máximo de 50,00m² por unidade residencial maior que 100,00 m² de área privativa.</li> </ol>		

PADRÕES DE PARCELAMENTO	
USOS	
<b>Índice de aproveitamento segundo uso</b>	

OBSERVAÇÕES GERAIS



<b>MACROZONA</b>	Recanto Maestro	<b>ZONA</b>	Zona Mista 01
------------------	-----------------	-------------	---------------

<b>Caracterização da zona:</b>	Zona localizada junto à estrada de acesso ao Distrito;; região de maior densidade e ocupação mista
--------------------------------	--

<b>REGIME URBANÍSTICO</b>			
<b>Índice de Aproveitamento</b>	4	<b>Taxa de Ocupação</b>	0.7
<b>Índice Verde</b>	0,2	<b>Recuo para jardim (metros)</b>	4
<b>Altura específica (número de pavimentos)</b>	15	<b>Altura específica (metros)</b>	60
<b>Critério de medição da altura</b>	PARÂMETRO SUPERIOR – laje de forro do último pavimento ocupado; PARÂMETRO INFERIOR – cota da soleira de acesso ao prédio.		
<b>Afastamentos laterais</b>	1/6 da altura total da edificação	<b>Afastamento de fundos</b>	4
<b>Não serão computáveis, no cálculo de aproveitamento, em prédios multifamiliares, as áreas:</b>	<p>1. As rampas de acesso aos pavimentos de garagens;</p> <p>2. Os acessos aos pavimentos de garagem, circulações, escadas e elevadores de todos os pavimentos, as casas de máquinas, depósitos condominiais, reservatórios, cisternas,, central de gás e outras áreas de uso comum exigidas por lei, até o limite de 30% das áreas privativas do prédio;</p> <p>3. A área de estacionamento construída até o limite de um box, com sua área de uso comum, correspondendo a um limite máximo de 25,00m<sup>2</sup>, por unidade residencial de até 100,00 m<sup>2</sup> de área privativa;</p> <p>4. A área de estacionamento construída, até o limite de dois boxes, com sua área de uso comum, correspondendo a um limite máximo de 50,00m<sup>2</sup> por unidade residencial maior que 100,00 m<sup>2</sup> de área privativa.</p>		

<b>ESTACIONAMENTOS</b>			
<b>Mínimo obrigatório residencial</b>	1 box para cada unidade residencial  0,5 box para cada unidade comercial e/ou de serviços	<b>Máximo não computável residencial</b>	1,5
<b>Critério de ocupação</b>	<p>1. Para edificações destinadas a residências multifamiliares em prédios de até 24 apartamentos, que não superem 50,00m<sup>2</sup> de área privativa por unidade autônoma, o coeficiente mínimo de box é de 0,5 vagas de estacionamento por apartamento, arredondando a maior;</p> <p>2. Para edificações destinadas a uso de serviços, com área de até 100,00m<sup>2</sup> é exigida uma vaga de estacionamento, no mínimo;</p> <p>3. Para edificações destinadas a uso de serviços, com área superior a 100,00m<sup>2</sup>, é exigida 1 vaga de estacionamento, no mínimo, para cada 100,00 m<sup>2</sup>, ou fração;</p> <p>4. Na troca de uso, para edificações de até 100,00m<sup>2</sup> é dispensada a exigência de box;</p> <p>5. Para edificações destinadas a uso de serviços, com área superior a 500,00 m<sup>2</sup>, é exigida uma vaga de estacionamento para carga e descarga, e 1 vaga de estacionamento, no mínimo, para cada 100,00 m<sup>2</sup>, ou fração;</p> <p>6. Quando o uso da edificação for misto, a área de cada uso deve obedecer ao percentual mínimo de box por tipo de uso, conforme incisos anteriores, arredondando para mais o resultado desta operação;</p> <p>7. São exigidos os requisitos de estacionamento em ampliações de prédios, quando as mesmas superem os 50% da superfície construída existente;</p> <p>8. Fica em qualquer tempo, terminantemente proibida a troca de destinação de uso destas áreas mínimas de estacionamento.</p>		

<b>PADRÕES DE PARCELAMENTO</b>			
<b>Gleba mínima para novos parcelamentos</b>	1ha		
<b>Quadra máxima</b>	<b>Área</b>	<b>Lado máximo</b>	<b>Relação testada/comprimento</b>
	10.000m <sup>2</sup>	150m	1:4
<b>Lote mínimo</b>	<b>Área</b>	<b>Testada mínima</b>	<b>Relação testada/comprimento</b>
	360m <sup>2</sup>	12m	1:4
<b>Área máxima condomínio fechado</b>	3 há - EIV - raio de abrangência equipamentos, fechamentos, percentual áreas públicas		
<b>USOS</b>			
	Residencial, Comercial, Serviços, Indústria leve;		
<b>OBSERVAÇÕES GERAIS</b>			

<b>MACROZONA</b>	Recanto Maestro	<b>ZONA</b>	Zona Mista 04
------------------	-----------------	-------------	---------------

<b>Caracterização da zona:</b>	Zona de ocupação mista de menor densidade
--------------------------------	---

<b>REGIME URBANÍSTICO</b>			
<b>Índice de Aproveitamento</b>	2	<b>Taxa de Ocupação</b>	0,6
<b>Índice Verde</b>	0,2	<b>Recuo para jardim (metros)</b>	4
<b>Altura específica (número de pavimentos)</b>	6	<b>Altura específica (metros)</b>	24
<b>Critério de medição da altura</b>	PARÂMETRO SUPERIOR – laje de forro do último pavimento ocupado; PARÂMETRO INFERIOR – cota da soleira de acesso ao prédio.		
<b>Afastamentos laterais</b>	4	<b>Afastamento de fundos</b>	4
<b>Não serão computáveis, no cálculo de aproveitamento, em prédios multifamiliares, as áreas:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. As rampas de acesso aos pavimentos de garagens;</li> <li>2. Os acessos aos pavimentos de garagem, circulações, escadas e elevadores de todos os pavimentos, as casas de máquinas, depósitos condominiais, reservatórios, cisternas,, central de gás e outras áreas de uso comum exigidas por lei, até o limite de 30% das áreas privativas do prédio;</li> <li>3. A área de estacionamento construída até o limite de um box, com sua área de uso comum, correspondendo a um limite máximo de 25,00m<sup>2</sup>, por unidade residencial de até 100,00 m<sup>2</sup> de área privativa;</li> <li>4. A área de estacionamento construída, até o limite de dois boxes, com sua área de uso comum, correspondendo a um limite máximo de 50,00m<sup>2</sup> por unidade residencial maior que 100,00 m<sup>2</sup> de área privativa.</li> </ol>		

<b>ESTACIONAMENTOS</b>			
<b>Mínimo obrigatório residencial</b>	1 box para cada unidade residencial	<b>Máximo não computável residencial</b>	1,5
	0,5 box para cada unidade comercial e/ou de serviços		
<b>Critério de ocupação</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Para edificações destinadas a residências multifamiliares em prédios de até 24 apartamentos, que não superem 50,00m<sup>2</sup> de área privativa por unidade autônoma, o coeficiente mínimo de box é de 0,5 vagas de estacionamento por apartamento, arredondando a maior;</li> <li>2. Para edificações destinadas a uso de serviços, com área de até 100,00m<sup>2</sup> é exigida uma vaga de estacionamento, no mínimo;</li> <li>3. Para edificações destinadas a uso de serviços, com área superior a 100,00m<sup>2</sup>, é exigida 1 vaga de estacionamento, no mínimo, para cada 100,00 m<sup>2</sup>, ou fração;</li> <li>4. Na troca de uso, para edificações de até 100,00m<sup>2</sup> é dispensada a exigência de box;</li> <li>5. Para edificações destinadas a uso de serviços, com área superior a 500,00 m<sup>2</sup>, é exigida uma vaga de estacionamento para carga e descarga, e 1 vaga de estacionamento, no mínimo, para cada 100,00 m<sup>2</sup>, ou fração;</li> <li>6. Quando o uso da edificação for misto, a área de cada uso deve obedecer ao percentual mínimo de box por tipo de uso, conforme incisos anteriores, arredondando para mais o resultado desta operação;</li> <li>7. São exigidos os requisitos de estacionamento em ampliações de prédios, quando as mesmas superem os 50% da superfície construída existente;</li> <li>8. Fica em qualquer tempo, terminantemente proibida a troca de destinação de uso destas áreas mínimas de estacionamento.</li> </ol>		

<b>PADRÕES DE PARCELAMENTO</b>	

**USOS**

Residencial, Institucional, Serviços, Comércio.

**OBSERVAÇÕES GERAIS**

<b>MACROZONA</b>	Recanto Maestro	<b>ZONA</b>	Zona Mista 02
------------------	-----------------	-------------	---------------

<b>Caracterização da zona:</b>	Zona localizada junto à regiões de produção e/ou próximas à rodovia;
--------------------------------	--

<b>REGIME URBANÍSTICO</b>			
<i>Índice de Aproveitamento</i>	2	<i>Taxa de Ocupação</i>	0,5
<i>Índice Verde</i>	0,2	<i>Recuo para jardim (metros)</i>	4
<i>Altura específica (número de pavimentos)</i>	4	<i>Altura específica (metros)</i>	16
<i>Critério de medição da altura</i>	PARÂMETRO SUPERIOR – laje de forro do último pavimento ocupado; PARÂMETRO INFERIOR – cota da soleira de acesso ao prédio.		
<i>Afastamentos laterais</i>	4	<i>Afastamento de fundos</i>	4
<b>Não serão computáveis, no cálculo de aproveitamento, em prédios multifamiliares, as áreas:</b>	1. As rampas de acesso aos pavimentos de garagens; 2. Os acessos aos pavimentos de garagem, circulações, escadas e elevadores de todos os pavimentos, as casas de máquinas, depósitos condominiais, reservatórios, cisternas,, central de gás e outras áreas de uso comum exigidas por lei, até o limite de 30% das áreas privativas do prédio; 3. A área de estacionamento construída até o limite de um box, com sua área de uso comum, correspondendo a um limite máximo de 25,00m², por unidade residencial de até 100,00 m² de área privativa; 4. A área de estacionamento construída, até o limite de dois boxes, com sua área de uso comum, correspondendo a um limite máximo de 50,00m² por unidade residencial maior que 100,00 m² de área privativa.		

<b>PADRÕES DE PARCELAMENTO</b>	
<b>USOS</b>	
	Comercial, Serviços, Indústria

<b>OBSERVAÇÕES GERAIS</b>

<b>MACROZONA</b>	Recanto Maestro	<b>ZONA</b>	Zona Mista 03
------------------	-----------------	-------------	---------------

<b>Caracterização da zona:</b>	Zona de ocupação predominantemente residencial, menor densidade;
--------------------------------	--

<b>REGIME URBANÍSTICO</b>			
<b>Índice de Aproveitamento</b>	1,2	<b>Taxa de Ocupação</b>	0,5
<b>Índice Verde</b>	0,2	<b>Recuo para jardim (metros)</b>	4
<b>Altura específica (número de pavimentos)</b>	3	<b>Altura específica (metros)</b>	12
<b>Critério de medição da altura</b>	PARÂMETRO SUPERIOR: laje do forro do último pavimento ocupado PARÂMETRO INFERIOR: cota média do terreno		
<b>Afastamentos laterais</b>	4	<b>Afastamento de fundos</b>	4
<b>Não serão computáveis, no cálculo de aproveitamento, em prédios multifamiliares, as áreas:</b>	Os acessos ao pavimento de garagem, escadas, circulações e elevadores de todos os pavimentos, as casas de máquinas, depósitos condominiais, reservatórios e cisternas; sempre que somados, não superem 12% das áreas privativas do prédio;		

<b>ESTACIONAMENTOS</b>			
<b>Mínimo obrigatório residencial</b>	1 box para cada unidade residencial  0,5 box para cada unidade comercial e/ou de serviços	<b>Máximo não computável residencial</b>	1,5
<b>Critério de ocupação</b>	1. Habitações multifamiliares de interesse social não necessitam dispor de box e/ou estacionamentos; 2. Para edificações destinadas a uso comercial e/ou de serviços com área de até 100m <sup>2</sup> , é exigida 1 vaga de estacionamento, no mínimo; 3. Para edificações destinadas a uso comercial e/ou de serviços, com área superior a 100m <sup>2</sup> , é exigida 1 vaga de estacionamento, no mínimo, para cada 100m <sup>2</sup> ou fração; 4. Para edificações destinadas a uso comercial ou de serviços, com área superior a 500m <sup>2</sup> , é exigida uma vaga de estacionamento para carga/descarga e uma vaga de estacionamento para cada 100m <sup>2</sup> ou fração.		

<b>PADRÕES DE PARCELAMENTO</b>			
<b>Gleba mínima para novos parcelamentos</b>	1ha		
<b>Quadra máxima</b>	<b>Área</b>	<b>Lado máximo</b>	<b>Relação testada/comprimento</b>
	10.000m <sup>2</sup>	150m	01:04
<b>Lote mínimo</b>	<b>Área</b>	<b>Testada mínima</b>	<b>Relação testada/comprimento</b>
	360m <sup>2</sup>	10m	01:04
<b>Área máxima condomínio fechado</b>	3 ha - EIV - raio de abrangência equipamentos, fechamentos, percentual áreas públicas		

**USOS**

Residencial, Serviços, Institucional;

**OBSERVAÇÕES GERAIS**

<b>MACROZONA</b>	Recanto Maestro	<b>ZONA</b>	Zona Especial
------------------	-----------------	-------------	---------------

<b>Caracterização da zona:</b>	zona de incentivo à cultura, lazer, esportes e educação.
--------------------------------	--

<b>REGIME URBANÍSTICO</b>			
<b>Índice de Aproveitamento</b>	2	<b>Taxa de Ocupação</b>	0,4
<b>Índice Verde</b>	0,2	<b>Recuo para jardim (metros)</b>	4
<b>Altura específica (número de pavimentos)</b>	6	<b>Altura específica (metros)</b>	24
<b>Critério de medição da altura</b>	PARÂMETRO SUPERIOR: laje do forro do último pavimento ocupado PARÂMETRO INFERIOR: cota média do terreno		
<b>Afastamentos laterais</b>	h/4	<b>Afastamento de fundos</b>	h/4
<b>Não serão computáveis, no cálculo de aproveitamento, em prédios multifamiliares, as áreas:</b>	Os acessos ao pavimento de garagem, escadas, circulações e elevadores de todos os pavimentos, as casas de máquinas, depósitos condominiais, reservatórios e cisternas; sempre que somados, não superem 12% das áreas privativas do prédio;		

<b>ESTACIONAMENTOS</b>			
<b>Mínimo obrigatório residencial</b>	1 box para cada unidade comercial e/ou de serviços	<b>Máximo não computável residencial</b>	1
<b>Critério de ocupação</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Para edificações destinadas a residências multifamiliares em prédios de até 24 apartamentos, que não superem 50,00m<sup>2</sup> de área privativa por unidade autônoma, o coeficiente mínimo de box é de 0,5 vagas de estacionamento por apartamento, arredondando a maior;</li> <li>2. Para edificações destinadas a uso de serviços, com área de até 100,00m<sup>2</sup> é exigida uma vaga de estacionamento, no mínimo;</li> <li>3. Para edificações destinadas a uso de serviços, com área superior a 100,00m<sup>2</sup>, é exigida 1 vaga de estacionamento, no mínimo, para cada 100,00 m<sup>2</sup>, ou fração;</li> <li>4. Na troca de uso, para edificações de até 100,00m<sup>2</sup> é dispensada a exigência de box;</li> <li>5. Para edificações destinadas a uso de serviços, com área superior a 500,00 m<sup>2</sup>, é exigida uma vaga de estacionamento para carga e descarga, e 1 vaga de estacionamento, no mínimo, para cada 100,00 m<sup>2</sup>, ou fração;</li> <li>6. Quando o uso da edificação for misto, a área de cada uso deve obedecer ao percentual mínimo de box por tipo de uso, conforme incisos anteriores, arredondando para mais o resultado desta operação;</li> <li>7. São exigidos os requisitos de estacionamento em ampliações de prédios, quando as mesmas superem os 50% da superfície construída existente;</li> <li>8. Fica em qualquer tempo, terminantemente proibida a troca de destinação de uso destas áreas mínimas de estacionamento.</li> </ol>		

<b>PADRÕES DE PARCELAMENTO</b>			
<b>Gleba mínima para novos parcelamentos</b>	1ha		
<b>Quadra máxima</b>	<b>Área</b>	<b>Lado máximo</b>	<b>Relação testada/comprimento</b>
	10.000m <sup>2</sup>	150m	01:04
<b>Lote mínimo</b>	<b>Área</b>	<b>Testada mínima</b>	<b>Relação testada/comprimento</b>




	360m <sup>2</sup>	10m	01:04
<b>Área máxima condomínio fechado</b>	3 há - EIV - raio de abrangência equipamentos, fechamentos, percentual áreas públicas		

<b>USOS</b>	
	Culturais, Esportivos, Educacionais, Institucionais, Comércio, Serviços

<b>OBSERVAÇÕES GERAIS</b>

## ANEXO 8 – PLANO DE EXPANSÃO PARA 50 ANOS

PROJEÇÃO 50 ANOS		
  <b>ESQUIPAMENTOS</b> <b>INFRAESTRUTURA:</b> 01- ESTAÇÃO TRATAMENTO 02- PROCESSAMENTO RES 03- RODOVIÁRIA 04- CLÍNICA 05- HOSPITAL/POSTO DE S/ <b>EDUCACIONAL:</b> 06- CAMPUS UNIVERSIDADE 07- ESCOLA 08- CASA ESTUDANTES 09- COMPLEXO ESPORTIVO E RECREATIVO <b>CULTURAL:</b> 10- GALERIA 11- EDITORA 12- TEATRO 13- PRAÇA <b>CÍVICO:</b> 14- ASSOCIAÇÃO MORADIA 15- IGREJA 16- CEMITÉRIO	<b>COMERCIAL/INDUSTRIAL:</b> 17- ESCRITÓRIOS 18- COMÉRCIO 19- EMPRESAS 20- SUPERMERCADO 21- FEIRA 22- POSTO COMBUSTÍVEL 23- HOTEL 24- CENTRO DE EVENTOS 25- RESTAURANTE 26- POUSADA 27- INDÚSTRIA 28- CENTRO DE BEM ESTAR   PERÍMETRO URBANO EXISTENTE  PERÍMETRO URBANO FUTURO  VIAS PRINCIPAIS  VIAS MÉDIAS  VIAS LOCAIS  ROTATÓRIAS FUTURAS  ZONA MISTA 01	 ZONA MISTA 02  ZONA MISTA 03  ZONA MISTA 04  ZONA ESPECIAL  ÁREA PROTEÇÃO PERMANENTE

**Diretrizes para o Desenvolvimento Urbano**  
**RECANTO MAESTRO**

SETEMBRO/2013



